



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS

NOMINALIZAÇÃO SOB INVESTIGAÇÃO:
UMA ANÁLISE DOS NOMES EM -ÇÃO

Thiago Nascimento de Melo

Rio de Janeiro

2021

THIAGO NASCIMENTO DE MELO

**NOMINALIZAÇÃO SOB INVESTIGAÇÃO:
UMA ANÁLISE DOS NOMES EM -ÇÃO**

Monografia submetida à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras: Português / Literaturas.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Boechat de Medeiros

RIO DE JANEIRO

2021

THIAGO NASCIMENTO DE MELO

**NOMINALIZAÇÃO SOB INVESTIGAÇÃO:
UMA ANÁLISE DOS NOMES EM -ÇÃO**

Monografia submetida à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras: Português / Literaturas.

Data de aprovação:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alessandro Boechat de Medeiros – Presidente da Banca Examinadora
Faculdade de Letras – UFRJ

Prof^a. Dr^a. Ana Regina Vaz Calindro
Faculdade de Letras – UFRJ

CIP - Catalogação na Publicação

M528n Melo, Thiago Nascimento de
Nominalização sob investigação: uma análise dos
nomes em -ção / Thiago Nascimento de Melo. -- Rio de
Janeiro, 2021.
63 f.

Orientador: Alessandro Boechat de Medeiros.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
de Letras, Licenciado em Letras: Português -
Literaturas, 2021.

1. Linguística. 2. Nominalização. 3.
Morfofossintaxe. 4. Morfologia Distribuída. I.
Medeiros, Alessandro Boechat de, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Até as pedras do caminho sabem que a conclusão dessa etapa da minha formação nada mais é que consequência do apoio de pessoas incríveis que estão ao meu redor e do privilégio de uma educação pública, de qualidade, que de todos deveria ser direito. Por isso, não são poucas pessoas que merecem meu *valeu*. Então, melhor começar logo!

Eu agradeço:

À minha família, que sempre me apoiou em minhas escolhas, mesmo que o ponto de chegada delas não fosse tão claro.

À minha mãe, que me proporcionou nada além do melhor em minha trajetória. Essa amizade mãe-filho que se manifesta em nossas viagens incríveis e em nossas conversas descompromissadas na mesa de jantar. Obrigado por todas as brincadeiras e por todas as broncas.

Ao meu pai, que buscou me dar mais do que recebeu (e conseguiu!). Obrigado pelos debates sobre a Língua Portuguesa quando eu sequer imaginava qual carreira seguiria, por ter instigado meu espírito competitivo e até mesmo por nossas longas conversas, naquele (já) longínquo 2009. E, claro, obrigado por me nascer Flamengo.

À minha irmã, Cacaia, por uma relação que qualquer irmão adoraria ter. Obrigado por se interessar (ou não) pelas minhas reflexões linguísticas, por ouvir treinos de apresentação de trabalhos na madrugada, por rir das minhas palhaçadas e por estar sempre disponível para qualquer conversa.

À linda Nina e ao Murf, meus amigos fiéis, companheiros animais.

À vó Teca e ao Tio Tota, por sempre pensarem em mim. Vocês são família de verdade, daquela que apoia e ama incondicionalmente. Obrigado por isso.

Ao Dindo e à Dinda, pelo carinho de sempre. E ao Igor, tanto pelas jogatinas de FlatOut quanto pela certeza de que sempre posso contar contigo; sigo tentando te alcançar na idade, mas tá difícil diminuir de nove meses.

Aos meus amigos, selecionados tão criteriosamente pelas minhas exigentes expectativas:

À Paula e à Diva, por uma amizade que resiste ao espaço-tempo. Seja em recreios no Esquadrão ou em sessões de Netflix a distância, estamos sempre juntos.

Ao Arthur e à Sylvia (ou Silva?), porque, como tudo no Brasil, nossos encontros sempre acabam em pizza (ou em McDonald's).

À Brendha, que fez mais do que o suficiente para ser minha amiga. Parabéns, você conseguiu! (SUMIU?!)

À Nalda, pela companhia no dia a dia. Obrigado por suportar meu mau humor, sempre deixando os dias mais leves. Ah, e o que você ouviu hoje?

Ao Zé, por sempre se preocupar, sem nenhuma obrigação, com meu bem estar. Obrigado por todo o suporte e pelos inúmeros momentos de diversão.

Aos meus professores, que despertaram minha paixão pela docência e me motivaram a seguir no caminho da educação.

Ao Alessandro, por ter me introduzido ao universo da Linguística Gerativa nas inspiradoras aulas do terceiro período e por ter me conduzido, desde então, em minhas (ainda muito breves) investigações. Muito obrigado pelas indicações de leitura, pelas explicações e pelo comprometimento em me orientar com tamanha excelência – seja em nossas conversas na sala do Departamento, seja em chamadas *online* (sempre da sua cozinha!). E, claro, por compartilhar seus desenhos e contos. Valeu mesmo pelo bom humor, carinho e ética profissional. Que continuemos tendo boas (e malucas) ideias juntos!

À Ana Calindro, por usar o grupo de estudos como desculpa para colocar suas leituras em dia e, assim, proporcionar discussões tão instrutivas quanto divertidas. Obrigado também por aceitar ser leitora crítica desta monografia.

Ao Diogo, pelas conversas sobre linguística e futebol – e por aceitar minhas implicâncias nas reuniões de orientação e nos grupos de WhatsApp, em que eu me meto sem ser chamado.

Ao Marcelo, por, sem jamais ter sido meu professor em sala de aula, participar gigantemente da minha formação docente. Obrigado por me levar para a EJA e por ter aceitado me hospedar em sua casa quando eu for a Vienna.

À Regina Gomes, ao Carlos Alexandre, à Silvia Rodrigues, à Nathalie, à Lilian Ferrari e à Maria Eugênia, que me emocionaram com suas disciplinas de Português e Linguística, contribuindo tão enormemente para minha formação.

A todos do Departamento de Linguística e Filologia, meu canto na UFRJ, onde sempre fui muito bem-vindo.

Ao Glauco, que me encantou com suas aulas de Geografia e acendeu a primeira fagulha, ainda no oitavo ano do Ensino Fundamental, que me motivou a ser professor.

À Patrícia (ainda que tenha outros alunos favoritos), à Maria (ainda que não tenha me agradecido em sua tese de doutorado), à Catia e à Flavia, que estimularam meu amor pela Língua Portuguesa no Ensino Médio. Sem vocês, eu nunca teria seguido esse caminho.

Ao Jorge, ao Vinícius, ao Greco e a tantos outros professores que me ensinaram muito sobre as desigualdades de nossa sociedade e sobre a necessidade de luta para preservar direitos que são, cada vez mais, atacados.

Ao Estado brasileiro, que investiu em minha formação acadêmica por meio do Colégio Militar e da UFRJ. Eu aprendi coisas incríveis e conheci pessoas melhores ainda nesses lugares. E ao CNPq, pela concessão de minha bolsa de Iniciação Científica.

Por último e muito menos importante (*brincadeira*), à minha amada consorte, Clara, por amar, assistir, brincar, jantar, evoluir, jogar, brigar, sentir, ajudar, comer... por ser. Não há complemento de verbo ou predicativo do sujeito que mesure sua importância na minha vida. Fato é que você é um aspecto fundamental do meu *aktionsart*. E obrigado, sobretudo, por gostar de tudo que eu te apresento: do CBO à boa pizza; de Interestellar a Star Wars. Te amo.

indiossincrasias

*existe uma maneira de viver
que me surpreende mais que festa surpresa
por que você é desse jeito?,
eu pergunto tentando entender
o como assim do como assim
ele vem com umas reações completamente aleatórias
quando ele fala, não são só palavras inventadas:
são neológicaismos
o que passa na cabeça desse ser humano?
será que o sistema dele veio com problema?
será que ele tá vendo o mesmo mundo que eu?
– quantos dedos tem aqui?
– suficientes para uma massagem
a “contraprova de Grice”,
ele é o máximo quando explode as máximas
ele é a encarnação da antifuncionalidade
e é a prova de que é im-pos-sí-vel
que exista programação alguma na sua cabeça
porque sistema nenhum é capaz de fazer
um maluco perfeccionista
e sistema nenhum é capaz de olhar pra um maluco desses
e achar razoável e possível de conviver*

RESUMO

No Português do Brasil, as nominalizações em *-ção* podem ser interpretadas como eventos, estados ou entidades, a depender (i) de suas propriedades internas e (ii) do ambiente sintático em que se encontram. O objetivo desta monografia é analisar esses dois fatores, buscando entender o que, na estrutura interna de determinado nome, licencia sua ocorrência em determinado contexto. Para isso, adotou-se o arcabouço teórico da Morfologia Distribuída, que se insere no quadro da Linguística Gerativa. A principal proposta desse modelo é de que não há, na arquitetura da gramática, um módulo com regras específicas para formação de palavras (i.e., um léxico computacional). Pelo contrário, defende-se que tanto palavras quanto sentenças sejam formadas por mecanismos sintáticos. Uma vez que a sintaxe tem acesso ao interior das palavras, a teoria oferece ferramentas interessantes para lidar com as implicações sintáticas de suas estruturas subjacentes. A fim de identificar quais nós terminais são tomados pelo nominalizador *-ção*, analisou-se a morfologia, a estrutura argumental e os traços aspectuais relacionados a cada tipo de nominalização, o que permite, também, propor os limites de composicionalidade e arbitrariedade em seus significados.

Palavras-chave: Nominalização; Morfossintaxe; Morfologia Distribuída.

ABSTRACT

The *-ção* nominals of Brazilian Portuguese may be interpreted as events, states or entities, depending on (i) their internal properties and (ii) the syntactic environment in which they occur. The aim of this work is to analyze both these factors, in order to understand what licenses the occurrence of a certain name in a specific context. For this purpose, we adopted the Distributed Morphology framework. The main proposal of such model is that there's no specific word-forming module (i.e., a computational lexicon) within the architecture of grammar. Actually, it is postulated that words and sentences are formed following the same set of syntactic rules. As the syntax has access to the interior of words, the theory offers interesting tools to deal with the syntactic implications of their underlying internal structures. The morphology, argument structure and aspectual traces related to each type of nominal were analyzed, with the intention of identifying which terminal nodes may be taken by the *-ção* nominalizer. Moreover, this procedure allowed us to indicate limits to the compositionality and idiomaticity of the names' meanings.

Keywords: Nominalization; Morphosyntax; Distributed Morphology

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Os limites do significado especial	19
Figura 2 – Arquitetura da Gramática na Morfologia Distribuída.....	20
Figura 3 – A estrutura do vP.....	27
Figura 4 – A estrutura do vP após anexação da raiz.....	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quadro comparativo entre Nomes de Evento Complexo e Nomes Referenciais ...	34
Tabela 2 – Síntese: <i>aktionsart</i> dos Nomes de Estado.....	43
Tabela 3 – Síntese: <i>aktionsart</i> dos Nomes de Evento	43

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.1 A Morfologia Distribuída	20
2.2 Conceitos-chave	22
2.2.1 Estrutura Sintática Hierarquizada <i>All the Way Down</i>	22
2.2.2 Inserção tardia	22
2.2.3 Raízes acategoriais	23
2.3 Por que a Morfologia Distribuída?	23
3. CONSIDERAÇÕES SOBRE EVENTOS E ARGUMENTOS.....	25
4. RETROSPECÇÃO DA LITERATURA.....	33
4.1 Nomes de Evento e Nomes Referenciais.....	33
4.2 Nomes de Evento, Estado e Entidade.....	36
5. INVESTIGAÇÃO DOS NOMES EM -ÇÃO	40
5.1 Nomes de Eventualidade: eventos e estados	40
5.1.1 A preservação dos traços aspectuais	41
5.1.2 A estrutura argumental	43
5.1.2.1 O argumento interno	44
5.1.2.2 O argumento externo.....	45
5.1.3 Uma proposta de estrutura.....	46
5.1.4 Como explicar a obrigatória composicionalidade?	49
5.2 Nomes de Entidade.....	50
5.2.1 Os morfemas verbalizadores	50
5.2.3 Uma proposta de estrutura.....	52

5.2.4 Como explicar a possível idiomaticidade?	53
5.2.5 A construção de referência	54
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
6.1 Conclusões.....	57
6.2 Desdobramentos futuros	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (ou REFERENCIAÇÃO DA BIBLIOGRAFIA)	61

1. INTRODUÇÃO

*Mundo mundo vasto mundo,
se eu me chamasse Raimundo
seria uma rima, não seria uma solução.
Mundo mundo vasto mundo,
mais vasto é meu coração.*

Carlos Drummond de Andrade

As nominalizações em *-ção* do Português do Brasil (PB) apresentam diversas possibilidades de leitura. Isto é, a depender do ambiente sintático em que um nome é inserido, ele pode ser interpretado de uma maneira ou de outra. Esse comportamento já foi amplamente estudado na literatura, que dispõe de três tipos de nominalizações:

- (1) A separação do casal levou seis meses para ser concluída.
- (2) A separação do casal durou apenas seis meses.
- (3) A separação do casal foi assinada ontem.

Em (1), há um Nome de Evento, com uma leitura de que o processo de separação do casal foi concluído em seis meses. Após esse tempo, o casal encontra-se separado. Já em (2), tem-se um Nome de Estado, que se configura pela possível leitura de que o estado *separado* do casal teve uma duração de seis meses. Após esse tempo, esse estado cessa, de modo que o casal está junto novamente. Por último, em (3), há um Nome de Entidade, que tem como referente um objeto no mundo – mais especificamente, o conjunto de documentos que são necessários para que um casal possa se divorciar. Conforme os exemplos, as nominalizações em *-ção* são ambíguas, no sentido de que uma mesma palavra pode apresentar distintas leituras (i.e., o tipo de nominalização só pode ser contextualmente identificado). Contudo, esse comportamento não é irrestrito: nem todos os nomes podem apresentar as três leituras:

- (4) #A continuação do jogo levou duas horas.¹
- (5) #A destruição do parquinho durou três anos.

¹ O uso de # indica que a sentença é gramatical, mas não no sentido pretendido.

Em (4), o contexto sentencial pede uma leitura de evento; o verbo *levar* lança olhar sobre o recorte temporal de uma ação em desenvolvimento – e, assim, indica o tempo necessário para que essa ação seja concluída. Porém, não é possível a leitura paralela a (1), de que o evento de continuar o jogo teve uma duração de duas horas; esse evento é, afinal, instantâneo: em um momento, o jogo está parado e, no instante seguinte, ele continua. A única leitura disponível é a de que, após o período em que esteve interrompido, o próprio jogo teve a extensão temporal de duas horas. Já em (5), em contexto de estado com o verbo *durar*², a leitura análoga a (2), de que o estado *destruído* se manteve por três anos, até ser revertido (ou seja, alguma ação externa ter causado o conserto do parquinho), não está disponível – o que parece possível, nesse caso, é a leitura de que sucessivos eventos de destruição ocorreram ao longo de três anos, até que essa sequência foi encerrada.

A partir disso, nossos objetivos de pesquisa são verificar (i) quais as possíveis estruturas subjacentes dos nomes em *-ção*, a fim de identificar quais elementos os licenciam em determinado contexto sintático, e (ii) quais as implicações dessas distintas estruturas na sintaxe.

Com intuito de formular nossas perguntas de pesquisa e conduzir a investigação, adotamos como teoria a Morfologia Distribuída (MD) (HALLE; MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997), um modelo em que o componente sintático não apenas tem acesso à estrutura interna da palavra como também é responsável direto por sua formação. Para tal, realizamos julgamentos internos de aceitabilidade das nominalizações em *-ção* com suas três leituras possíveis, de maneira a reconhecer quais são as semelhanças e diferenças entre cada uma delas – em um processo em que se utilizaram diversos testes disponibilizados pela literatura.

Esta monografia é organizada da seguinte forma: no capítulo 2, apresentamos os pressupostos teóricos, discorrendo sobre os aspectos da MD mais relevantes a esta pesquisa; no capítulo 3, apresentamos questões relacionadas a subeventualidades e estrutura argumental; no capítulo 4, revisamos estudos disponíveis na literatura a respeito das nominalizações em *-ção*; no capítulo 5, desenvolvemos nossa investigação, com propostas de estruturas para cada tipo de nome; e no capítulo 6, fazemos nossas considerações finais, retomando algumas conclusões e indicando temas em aberto para trabalhos futuros.

² Os contextos de leitura de evento e estado relacionados aos verbos *levar* e *durar* serão detalhados na seção 5.1 – *Nomes de Eventualidade: eventos e estados*.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

*Tenho o fogo de constelações extintas há milênios.
E o risco brevíssimo — que foi? passou — de tantas
estrelas cadentes.*

Manuel Bandeira

Em “Remarks on Nominalization”, Chomsky (1970) promove um debate sobre a formação das nominalizações, comparando-as com estruturas verbais correspondentes:

- (6) a. John is eager to please.
b. John has refused the offer.
c. John criticized the book.
- (7) a. John’s being eager to please
b. John’s refusing the offer
c. John’s criticizing the book
- (8) a. John’s eagerness to please
b. John’s refusal of the offer
c. John’s criticism of the book

Há algumas evidências que indicam que as nominalizações gerundivas de (7) são derivadas das sentenças em (6). Em primeiro lugar, elas apresentam uma alta produtividade, de modo que há, quase sempre, um nominal gerundivo em *-ing* correlato a uma forma verbal (com uma alta equivalência de significado). Além disso, a estrutura interna desses nomes não é típica dos sintagmas nominais: o argumento interno pode ser marcado com caso acusativo (caso ele o seja em ambiente verbal), sem necessidade de introdução por uma preposição, e não há a possibilidade de substituir o NP genitivo por um artigo ou por um pronome demonstrativo.

O mesmo não pode ser dito dos nomes em (8): sua formação a partir de sentenças não é tão livre, e a equivalência de significado é menos regular. Ademais, a estrutura interna de seu constituinte é típica de um sintagma nominal, de modo que o complemento seja introduzido por preposição e o NP genitivo possa sim ser trocado por um determinante. A partir disso, Chomsky (1970) argumenta que dados empíricos indicam que esses nomes não são transformações de sentenças (i.e., não são gerados por regras que convertam uma sentença da estrutura profunda em um sintagma nominal na estrutura de superfície). A alternativa proposta é que esses nomes

são, então, gerados por uma regra de base, do tipo NP → N Compl. Sendo assim, é estabelecido que os complementos também podem ser gerados em contexto nominal (e não apenas por verbos e adjetivos, que, até então, formavam o grupo dos predicadores).

Apesar de a argumentação de Chomsky (1970) conduzir a uma conclusão de que esses nominais específicos são gerados por uma ampliação das regras de base (e não por meio da aplicação de regras transformacionais), esse trabalho incentivou a comunidade linguística (incluindo o próprio Chomsky) a conduzir pesquisas a partir de uma abordagem lexicalista/projecionista. A proposta é de que haja um componente específico na arquitetura da gramática para a formação de palavras. Mais que isso, os itens formados no léxico trariam informações idiossincráticas à sintaxe, projetando propriedades como a categoria do constituinte e os papéis temáticos dos argumentos. Dessa forma, pode-se dizer que a própria estrutura sintática é projetada pelos itens lexicais.³

Assim, estabelece-se uma clara divisão: enquanto o componente sintático é regular, o léxico seria o *locus* das idiossincrasias da língua. Os conhecimentos dos falantes sobre sentenças, pois, diferem de seus conhecimentos sobre palavras.

Marantz (1997) argumenta justamente o oposto. Segundo o autor, os dados apresentados por Chomsky (1970) apenas apontam que nominalizações não são derivadas de sentenças, mas isso não implica que deva haver um componente gramatical distinto para a formação de palavras. Em outros termos, Marantz concorda com Chomsky que uma nominalização como “The growth of tomatoes” não seja a transformação de uma sentença; mas, segundo o autor, a própria argumentação de “Remarks” se desenvolve em torno das sistematicidades das nominalizações. Sendo assim, o texto não é (ou não deveria ser) um marco para o estabelecimento de uma teoria com léxico computacional.

Além disso, Marantz (1997) mostra como os principais pilares do lexicalismo não se sustentam: não é verdade que os limites das palavras sejam os limites de correspondências especiais entre som e significado. O autor mostra como os significados especiais de palavras derivadas – como “*transmissão* do carro” – e de expressões idiomáticas – como “O empresário *chutou o balde*” são de mesma natureza, de modo que a idiomaticidade não é um bom argumento para defender componentes de formação distintos. Além do mais, Marantz mostra

³ Segundo o próprio Marantz (1997), é incontestável que uma parte do conhecimento linguístico do falante consista em uma lista de conexões entre unidades atômicas e seus significados. Nesse prisma, qualquer modelo derivacional de arquitetura gramatical deve possuir um léxico, com os itens da língua, e as regras de combinação desses itens. Aqui, contudo, o termo *lexicalismo* refere-se às teorias formais em que o léxico é não apenas uma lista, mas um módulo computacional, com regras especiais para formação de palavras (que serão manipuladas pelo módulo sintático).

que, de fato, há limites para significados especiais, mas eles não estão associados aos limites de palavras; pelo contrário, os idiomatismos devem ocorrer em um domínio de localidade sintática, definido pelo núcleo sintático que projeta agentes:

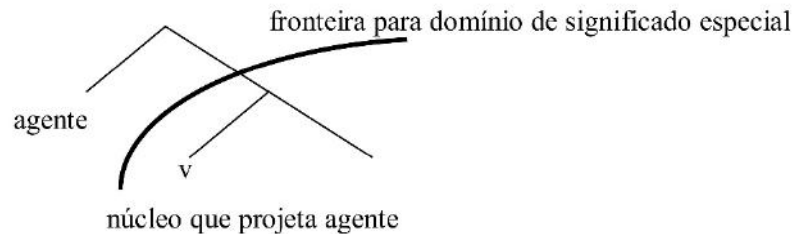


Figura 1 - Os limites do significado especial

Fonte: MARANTZ, 2015 [1997], p. 15

Desse modo, em “O empresário [chutou o balde]”, apenas o trecho entre colchetes pode ser idiomático, visto que o DP *o empresário* é um agente. Por outro lado, em sentenças em que o sujeito não seja um agente, como “A vaca foi pro brejo”, pode-se ter um significado especial. Posteriormente, Marantz (2001, 2007) apresenta, também, um limite para negociação de significado da raiz: a inserção do primeiro morfema categorizador com contribuição semântica na estrutura (seja *n*, *v* ou *a*). Em sua proposta de derivação por fases, o autor argumenta que é nesse ponto que a estrutura é enviada, pela primeira vez, à interface conceitual – onde um significado é atribuído à estrutura formada.

A partir do exposto, nota-se que há um debate na Teoria Gerativa a respeito da arquitetura gramatical e da organização da estrutura sintática. Por um lado, modelos projecionistas, como a Teoria da Regência e da Ligação (CHOMSKY, 1981) e o Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995), defendem que a morfologia e a sintaxe estão sujeitas a regras distintas – ou seja, a formação de palavras distingue-se da formação de sentenças. Por outro, modelos construcionistas como a Morfologia Distribuída argumentam que a sintaxe é responsável pela organização dos constituintes, em todos os níveis, e que as propriedades que se dizem projetadas pelo léxico são, na verdade, derivadas da própria estrutura (e.g., um item recebe determinada interpretação em decorrência da posição estrutural em que se encontra). Nas seções seguintes deste capítulo, exploraremos algumas das principais propostas desta teoria, justificando sua escolha para a análise do objeto de estudo aqui apresentado.

2.1 A Morfologia Distribuída

Segundo Harley e Noyer (1999), a principal proposta da Morfologia Distribuída é de que a sintaxe não manipula itens lexicais, mas sim gera uma estrutura pela combinação de traços morfossintáticos. Isto é, o léxico não é tratado como um módulo de formação de palavras, governado por suas próprias regras, que alimenta o componente sintático. Pelo contrário, as operações e propriedades geralmente atribuídas ao léxico são distribuídas ao longo do processo de derivação sintática, de modo que a formação de palavras está sujeita às mesmas operações envolvidas na formação de sentenças.

O modelo de arquitetura gramatical da MD pode ser representado da seguinte forma:

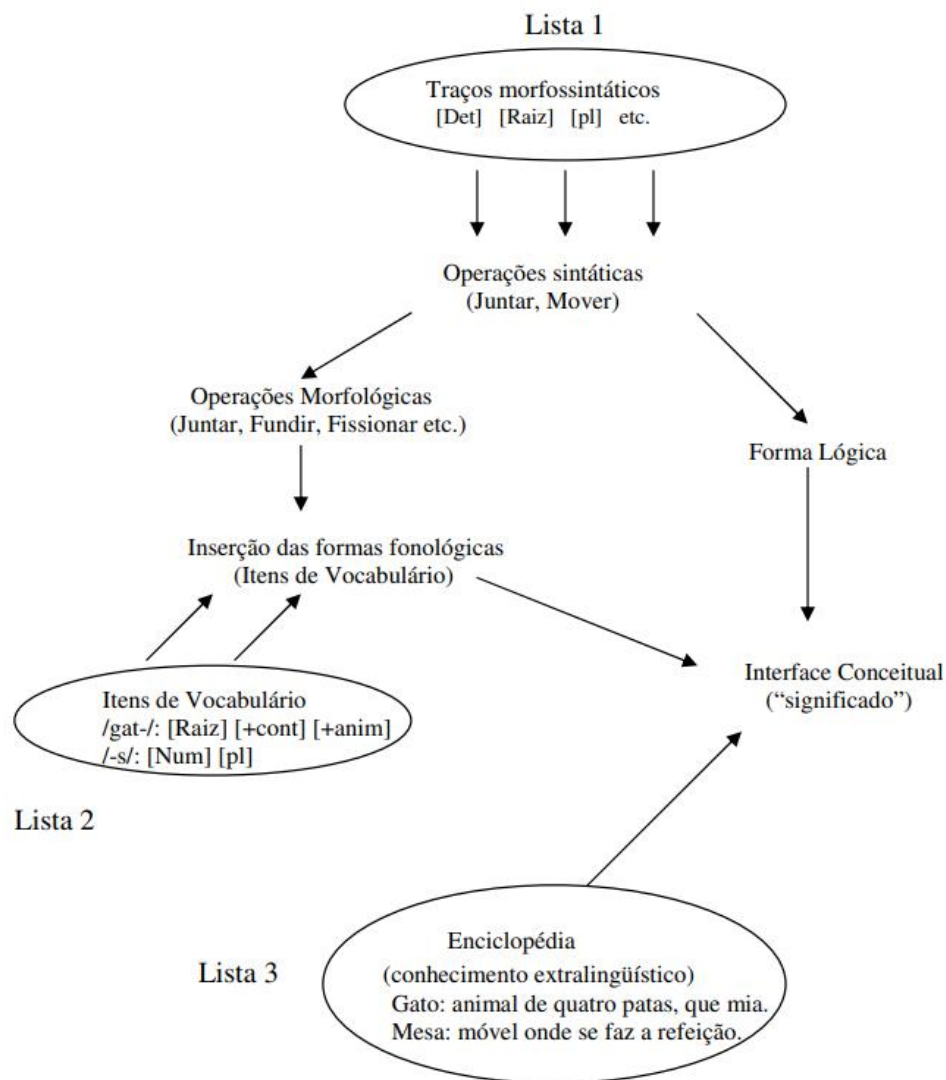


Figura 2 – Arquitetura da Gramática na Morfologia Distribuída
 Fonte: HARLEY; NOYER, 1999, p. 3 (tradução de MEDEIROS, 2008, p. 18)

A MD propõe que não há um só léxico, com regras de formação específicas para palavras. Na verdade, o léxico é explodido em três listas distintas, cada uma das quais contém um tipo distinto de informações. Essas listas são distribuídas em diferentes etapas do processo de derivação, conforme indicado na *Figura 2*, e alimentam o componente sintático em diferentes momentos.

O *Léxico Estrito* (lista 1) contém as unidades atômicas que serão operadas pela sintaxe, as quais podem ser divididas em dois tipos: as raízes de palavras, que contam com uma semântica mínima e são acategoriais (i.e., não possuem uma categoria intrínseca, como verbo ou nome); e os traços morfossintáticos – que são disponibilizados pela Gramática Universal (GU) e são selecionados e agrupados em feixes, de modo particular, pelas línguas naturais. Essas unidades são abstratas; ou seja, não contam com fonologia.

O *Vocabulário* (lista 2) possui correspondências entre traços gramaticais e traços fonológicos. Sendo assim, ela fornece um determinado material fonológico ao nó terminal presente na estrutura sintática. Em outras palavras, essa lista dispõe de regras de inserção para determinado conjunto de traços gramaticais abstratos – por exemplo, regras como “insira *-va-* para [+pretérito] [+imperfeito] [+indicativo]”. A MD, portanto, é um modelo de inserção tardia: a sintaxe manipula unidades abstratas, que só recebem fonologia mais à frente na derivação.

A *Enciclopédia* (lista 3) possui informações semânticas extralinguísticas: o significado especial de raízes para contextos sintáticos específicos. Por exemplo, a raiz $\sqrt{cas-}$ recebe um significado para o contexto nominal (“a casa”: moradia de uma família) e outro para contexto verbal (“Ela casou”: ato de unir-se em matrimônio). Nesse sentido, respeitando os limites de negociação de significado sintaticamente definidos, a lista também possui significados idiomáticos para expressões como *chutar o balde*; nesses casos, as informações morfossintáticas codificadas composicionalmente na estrutura sintática são preservadas (ver MCGINNIS, 2002).

A Morfologia Distribuída, portanto, não reconhece a palavra como elemento a ser combinado com outros na sintaxe. Os itens presentes na lista 1 são as unidades mínimas que são organizadas pelo sistema computacional (recebendo fonologia da lista 2 e significado da lista 3, de acordo com o ambiente sintático em que se encontram), em um processo que parte dos morfemas até formar sentenças.

Na próxima seção, afunilamos as propostas gerais do modelo até aqui apresentadas para tratar sobre alguns dos conceitos mais caros a este trabalho.

2.2 Conceitos-chave

2.2.1 Estrutura Sintática Hierarquizada *All the Way Down*

Na Morfologia Distribuída, os mecanismos que formam palavras são os mesmos que formam sentenças; ou seja, a sintaxe é responsável pela organização interna da estrutura das palavras. As unidades de nível zero (raízes atômicas e feixes atômicos de traços gramaticais, fornecidos pelo Léxico Estrito), são, portanto, organizadas por mecanismos sintáticos. É possível que essa estrutura sintaticamente gerada seja alterada por *operações morfológicas*⁴ (cf. *Figura 2*). No entanto, essas operações têm uma capacidade restrita de alterar a estrutura, visto que devem respeitar os limites de localidade sintática.

2.2.2 Inserção tardia

As operações sintáticas e morfológicas – que, respectivamente, formam e alteram a estrutura de palavras e sentenças – manipulam morfemas abstratos; a inserção de material fonológico ocorre após essas operações. Os itens de vocabulário interpretam as propriedades formais dos nós terminais e competem pela inserção: aquele item que seja mais especificado (ou seja, o que contenha a maioria dos traços presentes nos nós terminais, e nenhum outro) é inserido. A Morfologia Distribuída, portanto, é um modelo realizacional. Assim sendo, qualquer expressão morfofonológica é a expressão de um nó sintático abstrato presente na estrutura. Isso implica que a estrutura morfológica complexa de uma palavra é resultado de uma estrutura sintática igualmente complexa na formação dessa palavra. Por exemplo, em *internacionalizar* estão presentes morfemas nominalizador e adjetivizador na estrutura subjacente, que são realizados pelos itens de vocabulário *-cion-* e *-al-*.

⁴ As operações morfológicas são movimento (em que nós terminais são deslocados para outra posição), concatenação (em que nós são ligados dois a dois, preservando sua integridade), fusão (em que dois nós são fundidos em apenas um), fissão (em que um só nó se divide em dois) e empobrecimento (em que há o apagamento de um traço gramatical do nó terminal). Como exemplo de um desses processos, pode-se olhar para o verbo *amar*. Em *amávamos*, há presença da raiz *am-*, da vogal temática *-a-*, da desinência modo-temporal *-va-* e da desinência número-pessoal *-mos*. Ao comparar essa forma com *amo*, nota-se que o morfema *-o* indica todas essas informações. A solução da MD para esses fenômenos não é postular uma sequência de morfemas zero, mas sim apontar que os núcleos de vogal temática, modo/tempo e concordância são fundidos em um apenas, realizado por *-o*. Eis, então, uma operação de fusão.

2.2.3 Raízes acategoriais

As raízes, listadas no Léxico Estrito, não possuem uma categoria intrínseca. Desse modo, elas precisam ser categorizadas no processo de derivação sintática. Arad (2003) defende essa propriedade das raízes ao confrontar os pares de nome e verbo *chain* (‘corrente’) e *to chain* (‘acorrentar’) com *hammer* (‘martelo’) e *to hammer* (‘martelar’). No primeiro caso, a ação verbal de acorrentar depende da existência do objeto corrente, conforme (9a). De modo contrário, no segundo par, a ação verbal de martelar não depende do objeto martelo, o que é constatado em (9b):

- (9) a. *They chained the prisoner with a rope.
b. He hammered the nail with a rock.

Como a ação *to chain* implica a existência do objeto *chain*, a autora argumenta que o verbo *to chain* deve possuir o nome *chain* em sua estrutura interna – ou seja, a raiz deve ser primeiro nominalizada para, depois, ser verbalizada. Já em *to hammer*, há uma verbalização direta da raiz. A relação do par *hammer* e *to hammer* se configura, simplesmente, pelo compartilhamento da mesma raiz; mas essa raiz, acategorial, é inserida ora em um contexto nominal, ora em um contexto verbal. Não se tratam, portanto, de um verbo denominal ou de um nome deverbal – nenhuma das formas tem precedência em relação à outra.

Logo, a diferença de comportamento desses pares não é causada por idiossincrasias das raízes, mas por uma diferença sintática na formação dos verbos.⁵

2.3 Por que a Morfologia Distribuída?

Uma das dificuldades de abordagens lexicalistas é desvendar como uma mesma palavra pode aparecer em contextos sintáticos distintos. Para explicar a possibilidade de sentenças como “O menino já comeu” e “O menino já comeu a salada”, seria necessário postular duas entradas lexicais distintas: um *comer* que projeta uma estrutura transitiva direta e outro que projeta uma estrutura intransitiva/inergativa. Com isso, o sistema linguístico acaba possuindo um alto número de indesejadas homonímias.

⁵ Para análises do português, ver Scher (2006) e Medeiros (2020).

As nominalizações em *-ção* sofrem do mesmo problema. Conforme apresentado no capítulo 1 – *Introdução*, uma mesma palavra pode ocorrer em contextos sintáticos distintos, apresentando leituras distintas. Em (10a), a palavra *construção* possui uma leitura de evento; já em (10b), de entidade:

- (10) a. Durante a construção da casa, não houve nenhum acidente.
b. Aquela construção é muito alta.

A Morfologia Distribuída, como um modelo construcionista, permite explicar a regularidade dessas diferentes possibilidades de leitura por meio da descrição da estrutura interna subjacente das nominalizações. As variadas implicações sintáticas que uma palavra pode ter – como a presença ou ausência de estrutura argumental – são resultado de sua estrutura sintática interna, e não de particularidades listadas no léxico. Isso só é possível porque as palavras são produto – e não causa – de uma estrutura sintaticamente formada. Isto é, não são os itens que projetam a estrutura sintática, mas sim a própria sintaxe que os organiza. Logo, uma palavra pode aparecer em contextos sintáticos distintos porque há mais de uma possibilidade quanto à sua estrutura interna – ou seja, é uma ambiguidade estrutural que gera as diversas leituras dos nomes em *-ção*.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE EVENTOS E ARGUMENTOS

*Uma educação pela pedra: por lições;
para aprender da pedra, frequentá-la;
captar sua voz inenfática, impessoal
(pela de dicção ela começa as aulas).*

João Cabral de Melo Neto

Para a análise da estrutura argumental das nominalizações em *-ção*, tomamos como ponto de partida a proposta de Medeiros (2018), que também se insere no quadro da MD. O autor busca descrever a grade de argumentos dos verbos do Português a partir de uma relação regular entre estrutura e significado. Analisando as sentenças em (11), a ideia central é de que não se tem quatro entradas lexicais distintas para o verbo *correr*, cada uma delas correspondente a uma estrutura argumental específica. Na realidade, o significado estrutural – que engloba noções como agentividade e causatividade – seria derivado de arranjos possíveis da estrutura sintática. Em outros termos, haveria um gabarito com as configurações sintáticas possíveis na Língua Portuguesa, das quais derivam a semântica estrutural das sentenças. Sendo assim, as quatro sentenças são explicadas pela possibilidade de inserção da raiz $\sqrt{\text{corr}}$ - em quatro arranjos sintáticos distintos.

- (11) a. O menino correu na praia ontem. (verbo inergativo, segundo alguns testes)
b. O menino correu a maratona. (verbo transitivo, licenciando voz passiva)
c. A porta correu até a parede. (verbo inacusativo, segundo alguns testes)
d. O menino correu a porta até a parede. (versão causativa de (c))

(MEDEIROS, 2018, p. 233)

Nessa proposta, entende-se que os eventos podem ser decompostos sintaticamente em subeventualidades. Por exemplo, a estrutura de (11d) é derivada de (11c) pela adição, na estrutura sintática, de um morfema causativizador; há, pois, uma nova subeventualidade, causadora do subevento *a porta correr até a parede*.

Sendo assim, convém explorar algumas questões ligadas às subeventualidades antes de seguir com a proposta de Medeiros (2018). De início, deve-se diferenciar as eventualidades dinâmica e estativa. Brinton (1998) aborda essa diferença em termos de homogeneidade. Por exemplo, a eventualidade dinâmica *comer uma maçã* não é homogênea. Recortes temporais que

forem feitos desse evento não representam o evento como um todo: assim como parte de uma maçã não é uma maçã, parte do evento *comer uma maçã* não é o mesmo que *comer uma maçã*. Por outro lado, a eventualidade estativa *viver* pode ser subdividida em partes menores que também podem ser chamadas, igualmente, de *viver*.

Em relação aos componentes estativos, Parsons (1990) aponta que há dois tipos de estados que podem ser relacionados a eventos: estado resultante e estado alvo. Em “O menino jogou a bola no telhado”, o evento possui o estado resultante de a bola ter sido jogada no telhado. A partir do momento em que esse estado resultante é atingido, ele nunca cessa. Nenhuma ação subsequente altera o estado resultante de a bola ter sido jogada no telhado – mesmo que ela tenha sido removida, essa assertiva permanece verdadeira. O estado alvo, por outro lado, representa a condição que um dos participantes do evento (i.e., um dos argumentos) atinge em decorrência desse evento. Em “O homem furou o pneu do carro”, tem-se o estado resultante de o pneu do carro ter sido furado e, além dele, o estado alvo *furado* em que o pneu se encontra. Nota-se como esse estado alvo pode ser revertido – se o pneu for remendado, por exemplo.

Para verificar a presença de um estado alvo relacionado a dado verbo, Kratzer (2000), em análise do alemão, propõe um teste a partir do uso do particípio com o advérbio *immer noch* (‘ainda’):

(12) Die Ausfahrt ist immer noch versperrt.
A rodovia está ainda obstruída.

(KRATZER, 2000, p. 1)

Nesse caso, o particípio indica um estado alvo – ou seja, uma qualidade (ou condição) da rodovia em determinado momento do tempo –, cuja possibilidade de reversão é indicada pelo advérbio *ainda*. Já Medeiros (2010, 2016) aponta que a compatibilidade de um verbo com o prefixo *des-* indica a presença de um estado alvo, que é negado: “A prefeitura desobstruiu a rodovia”⁶. Esses testes nos permitem concluir que um evento descrito pelo verbo *obstruir*, como “A prefeitura obstruiu a rodovia”, possui um estado alvo *obstruído*, que é atingido pela rodovia

⁶ O autor defende que o prefixo *des-* nega um estado alvo, e não um processo. Isso porque é possível utilizar o prefixo sem pressupor um evento anterior que deve ser revertido. Por exemplo, o verbo *desenterrar* não pressupõe o evento *enterrar*; caso o fizesse, não seria possível utilizar a sentença “O jardineiro desenterrou as raízes” em um contexto em que as raízes nunca tivessem sido enterradas.

como consequência do evento. Por outro lado, eventos como “O artista dançou a valsa” não possuem um estado alvo: “*A valsa ainda está dançada” e “*O artista desdançou a valsa”.

Feito esse parêntese, retomemos ao tema da estrutura argumental em si. Medeiros (2018) argumenta que verbos do Português brasileiro podem ser decompostos em um máximo de até três subeventualidades. Em “O menino abriu a porta”, há duas eventualidades dinâmicas e uma estativa, cujas presenças podem ser constatadas por meio de modificação adverbial. A sentença “O menino abriu a porta lentamente na central de controle”, por exemplo, é possível em um contexto em que o menino está na central de controle e aperta um botão para abrir a porta, que demora para ser totalmente aberta. Nesse caso, o PP *na central de controle* seria um modificador locativo da eventualidade dinâmica relacionada ao argumento externo (ou seja, à ação do menino, que ocorreu na central de controle); já o advérbio *lentamente* seria um modificador de *abrir a porta* em si – um evento caracterizado como lento. Por sua vez, em “O menino abriu a porta escancaradamente na central de controle”, o advérbio *escancaradamente* modifica o estado alvo *aberto*, uma eventualidade estativa. O que esses exemplos nos mostram, em suma, é que se pode decompor um evento em até três subeventualidades.

Cada uma dessas subeventualidades é introduzida por um nó terminal distinto; os advérbios podem modificar as diferentes eventualidades porque podem se concatenar aos distintos nós na estrutura que as introduzem. Na proposta de Medeiros (2018), a eventualidade estativa é introduzida por um morfema X: o estado alvo *aberto* da porta após o fim do evento. A primeira eventualidade dinâmica é introduzida por *v*: o evento de abertura da porta propriamente dito. E, por fim, a outra eventualidade dinâmica é introduzida por Voz⁷: o que o menino fez para que a porta abrisse.

A partir disso, o autor propõe três estruturas possíveis para o sintagma verbal:

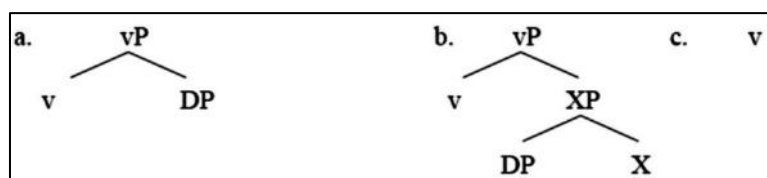


Figura 3 – A estrutura do vP
Fonte: MEDEIROS, 2018, p. 255

⁷ Kratzer (1996) defende que o argumento externo não esteja relacionado ao núcleo verbal, mas sim que dependa da anexação de um núcleo Voz na estrutura. Sendo assim, a nomenclatura dos argumentos interno e externo do verbo deixa de fazer sentido no âmbito teórico; afinal, apenas o primeiro é, de fato, argumento do verbo. No entanto, neste trabalho, seguimos a nomenclatura tradicional de argumentos interno e externo da Linguística Gerativa, por conveniência.

As eventualidades e a estrutura argumental dos verbos, então, não dependem de propriedades intrínsecas de suas raízes, mas dos arranjos sintáticos em que as raízes se inserem. Os verbos apresentam comportamentos distintos por causa das possíveis estruturas sintáticas subjacentes. Nessa perspectiva, as estruturas em (a) e (c) possuem uma eventualidade interna ao vP. A estrutura em (b) possui uma eventualidade relacionada a *v* e outra a X, a qual pode ser estática ou dinâmica. As raízes funcionam como modificadoras na estrutura, adicionando informações lexicais às subeventualidades disponíveis. Elas podem se anexar, portanto, a X ou *v*. Dessa forma, há quatro estruturas possíveis após a anexação da raiz:

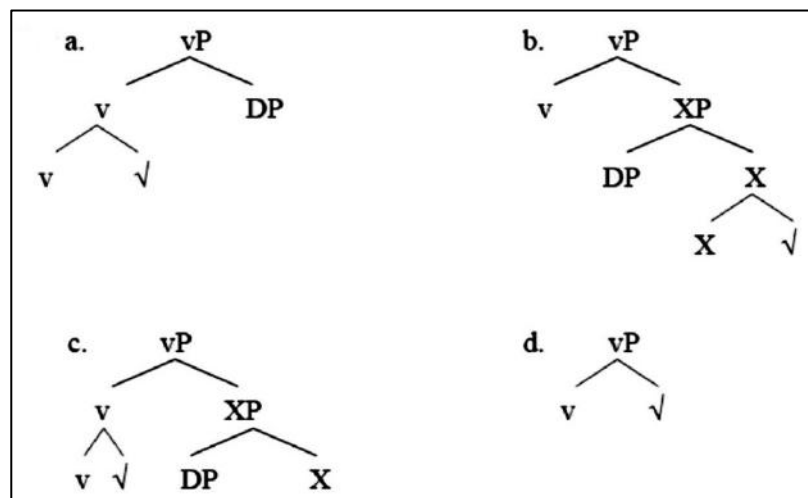
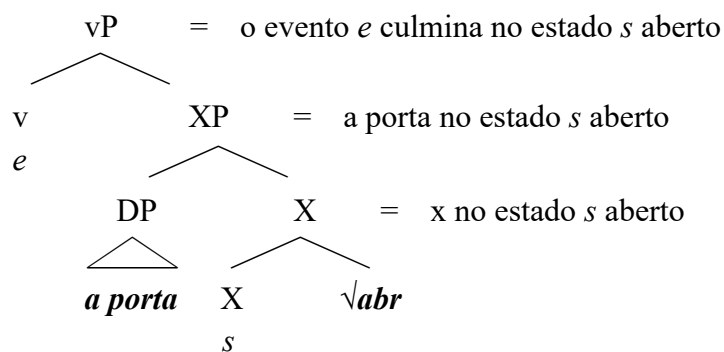


Figura 4 – A estrutura do vP após anexação da raiz

Fonte: MEDEIROS, 2018, p. 255

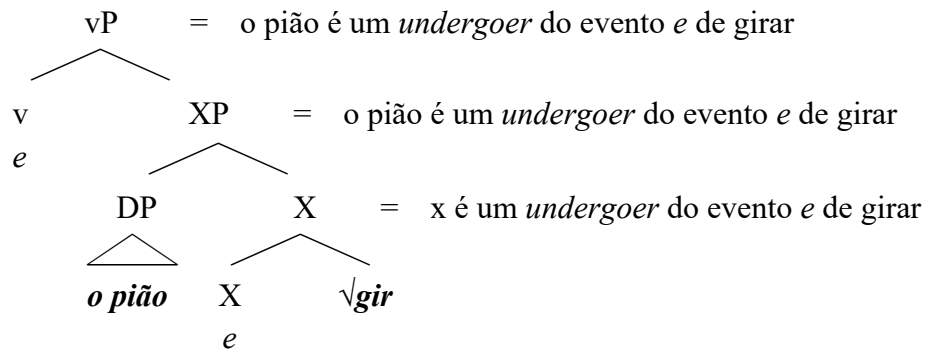
A partir disso, podemos visitar algumas das análises desenvolvidas por Medeiros (2018). Primeiramente, destaca-se a estrutura dos verbos de alternância em sua versão incoativa:

(13) A porta abriu.



(MEDEIROS, 2018, p. 257)

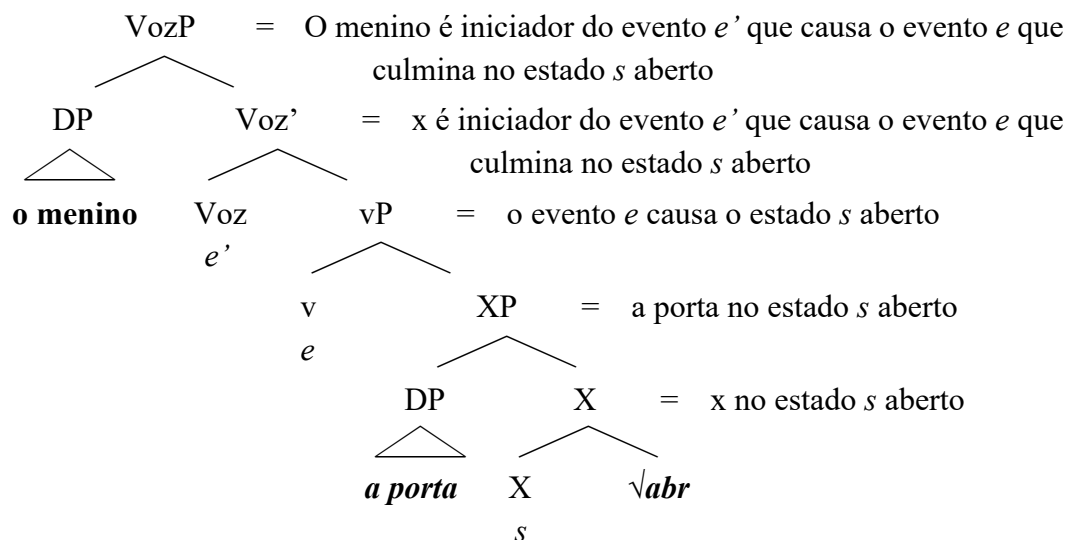
(14) O pião girou.



(MEDEIROS, 2018, p. 257)

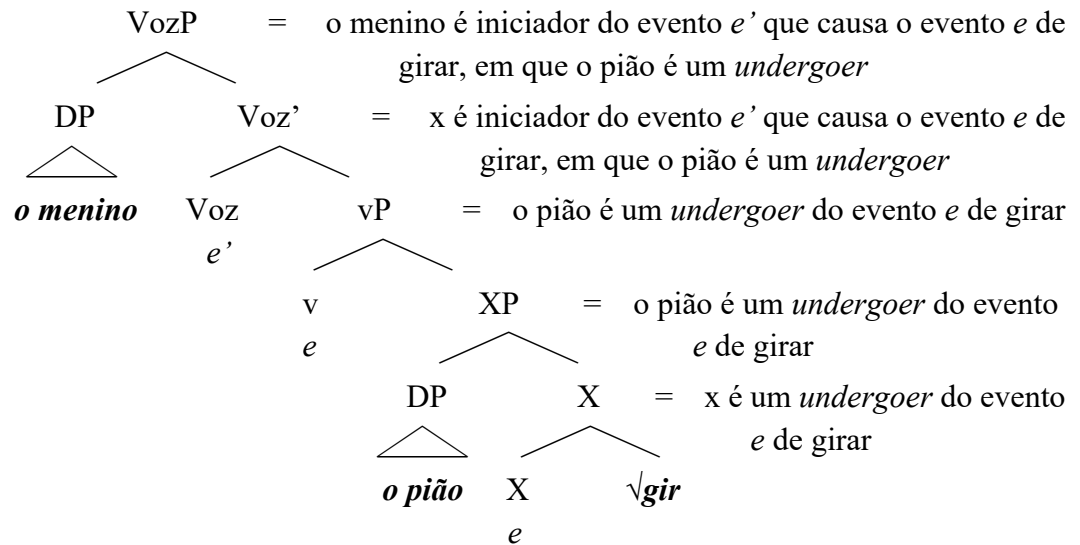
Tanto em (13) quanto em (14), há uma estrutura com duas eventualidades internas ao vP. No primeiro, o morfema X introduz uma subeventualidade estativa: o estado alvo *fechado* que a porta atinge ao fim do evento. Já no segundo, é introduzida uma subeventualidade dinâmica. Em ambas as estruturas, a raiz modifica essa subeventualidade mais encaixada; como modificadora, ela introduz conteúdo lexical. Também nos dois casos, é possível acrescentar uma subeventualidade dinâmica que causa o evento *e*, por meio da concatenação de um VozP acima do sintagma verbal – introduz-se, assim, a posição do argumento externo:

(15) O menino abriu a porta.



(adaptado de MEDEIROS, 2018, p. 259)

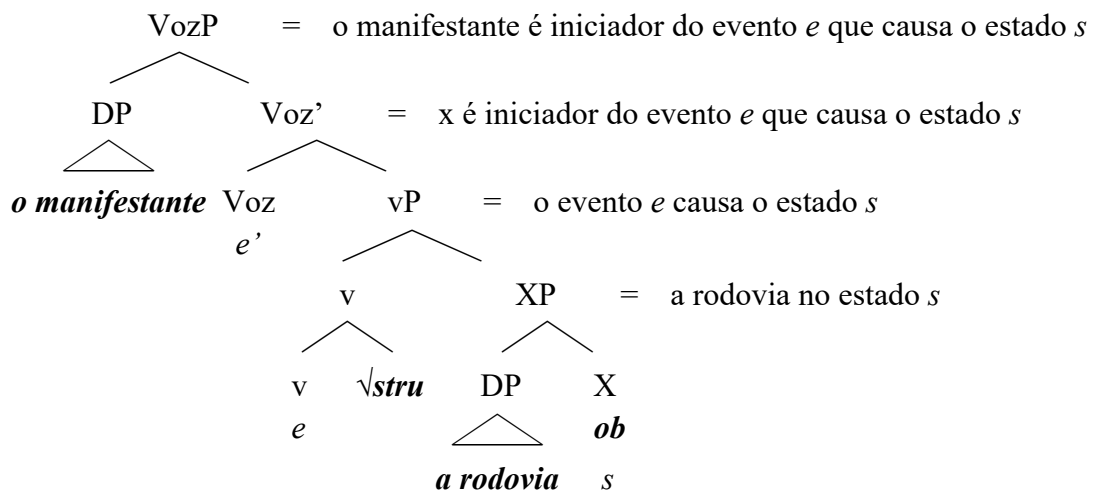
(16) O menino girou o pião.



Nota-se como, na proposta de Medeiros (2018), a alternância causativa é fruto dos arranjos possíveis da estrutura sintática: as eventualidades estão sintaticamente codificadas em subpredicados; a grade argumental e as subeventualidades derivam dos traços morfossintáticos (abstratos) selecionados do Léxico Estrito para a formação da sentença. Nesse prisma, a presença de um evento causador não depende de uma projeção por um item lexical, mas da seleção do núcleo Voz na lista 1.

Seguindo adiante, também há, em (17), a presença de três subeventualidades. Contudo, Medeiros (2018) argumenta que a raiz não modifica o estado alvo *obstruído* introduzido por X, mas sim o núcleo verbalizador:

(17) O manifestante obstruiu a rodovia.



(adaptado de MEDEIROS, 2018, p. 279)

Neste capítulo, foi feito um breve apanhado de algumas das ideias apresentadas por Medeiros (2018) em relação a eventos e argumentos, passando por propostas de estruturas relacionadas a verbos alternantes e a verbos exclusivamente transitivos. Naturalmente, o objetivo não foi explorar todas as possibilidades e previsões postuladas pelo pesquisador, tampouco detalhar suas propostas para as classes verbais aqui abordadas. Todavia, esse embasamento teórico nos permitirá analisar algumas características das nominalizações mais à frente.

4. RETROSPECÇÃO DA LITERATURA

Subiu a construção como se fosse máquina

Chico Buarque

4.1 Nomes de Evento e Nomes Referenciais

Em sua análise pioneira, Grimshaw (1990) distingue duas classes de nomes: *Complex Event Nominals* (Nomes de Evento Complexo), como em (19), e *Referential Nominals* (Nomes Referenciais), como em (20):

- (19) a. [A destruição da cidade pelo exército inimigo] entristeceu todos.
 b. [O rompimento da barragem] foi um desastre humanitário e ambiental.
- (20) a. [Essa mesa] é linda.
 b. [A documentação] já foi enviada.

Os Nomes de Evento Complexo possuem leitura eventiva e estrutura argumental. Em (19a), é representado um evento em que o exército inimigo destrói a cidade; em (19b), um evento em que a barragem é rompida. Já os Nomes Referenciais representam objetos/entidades do mundo. Em (20a), o objeto é a mesa, que é descrita como bonita; em (20b), os documentos, que foram transferidos de lugar.

A partir do trabalho de Grimshaw (1990) e de outros subsequentes, Roy e Soare (2013) e Borer (2013) apresentam as principais propriedades de cada tipo de nome.

Em relação à sua estrutura argumental, os Nomes de Evento Complexo possuem argumento interno obrigatório, enquanto o argumento externo não precisa ser realizado (cf. 21a). Por outro lado, as autoras mostram que os Nomes Referenciais não sustentam argumentos (cf. (21b)).

- (21) a. the examination *(of the students)⁸ (by the teachers) (in three hours)
 b. the exam (*by the teachers) (*in three hours)

(ROY; SOARE, 2013, p. 127)

⁸ Na notação que estamos usando, *(x) indica que a ausência de x torna a sentença agramatical; por outro lado, (*x) sinaliza que a presença do sintagma entre parênteses não é possível.

Os exemplos acima também evidenciam como apenas os Nomes de Evento Complexo aceitam modificadores aspectuais. Além disso, Roy e Soare (2013, p. 127) afirmam que esses nomes, quando modificados por termos como *constant* e *frequent*, permanecem no singular (cf. (22a)). Nesses casos, há uma leitura iterativa dos eventos. Já os Nomes Referenciais pluralizam quando modificados por esses mesmos termos, como em (22b):

- (22) a. the frequent examination of the students by the teacher
b. the frequent exam*(s)

Borer (2013, p. 72) aponta, ainda, a incompatibilidade dos Nomes Referenciais com modificadores que expressam agentividade, como *deliberate*:

- (23) *Mary's deliberate exam/journey

A autora aponta ainda que, nos Nomes de Evento Complexo, *by-phrase* é o argumento externo, introduzido pela preposição *por* no espanhol. Já nos Nomes Referenciais, *by-phrase* é um possessivo (modificador de natureza não argumental), introduzido pela preposição *de* no espanhol.

Abaixo, apresentamos um quadro que sumariza as principais propriedades contrastivas entre os tipos de nome:

Nomes de Evento Complexo	Nomes Referenciais
Leitura eventiva	Leitura não eventiva
Possui estrutura argumental: <ul style="list-style-type: none"> i. Argumento interno obrigatório ii. <i>By-phrase</i> é argumento externo (seleciona PP <i>por</i> em espanhol) 	Não possui estrutura argumental: <ul style="list-style-type: none"> i. Os modificadores são adjuntos ii. <i>By-phrase</i> é possessivo (seleciona PP <i>de</i> em espanhol)
Compatível com modificação aspectual, como <i>in three hours</i>	Incompatível com modificação aspectual
Aceita modificadores agentivos, como <i>deliberate</i>	Não aceita modificadores agentivos

Tabela 1 – Quadro comparativo entre Nomes de Evento Complexo e Nomes Referenciais

Diversos autores (BORER, 1999, 2003, 2013; MARANTZ, 2000, 2001; ROY; SOARE, 2013), ao adotar uma abordagem sintática para a formação de palavras, argumentam que os Nomes de Evento Complexo possuem camadas verbais em sua estrutura interna, da qual herdam a leitura eventiva, a estrutura argumental e a possibilidade de modificação aspectual. Em contrapartida, os Nomes Referenciais seriam nominalizações diretas da raiz, o que implica um comportamento inverso – i.e., não há camadas verbais de que se herdam essas propriedades. Assim, esses autores adotam uma posição divergente de Grimshaw (1990), que afirma que nomes podem contar com estrutura argumental. Afinal, segundo eles, as propriedades apresentadas pelos Nomes de Evento Complexo não são, de fato, do campo nominal, mas derivam de uma estrutura verbal subjacente.

No quadro construcionista, Roy e Soare (2013) analisam, ainda, uma terceira classe de nomes proposta por Grimshaw (1990): *Simple Event Nominals* (Nomes de Evento Simples). Ao contrário dos Nomes Referenciais de (24a), os Nomes de Evento Simples de (24b) possuem uma semântica de evento, o que licencia o uso com uma expressão aspectual como *during*. No entanto, esses nomes não possuem estrutura argumental tal qual os Nomes de Evento Complexo, conforme (24c).

- (24) a. *during the paper/table
 b. during the movie/concert/game
 c. during the examination *(of the paper) (by the committee)

(ROY; SOARE, 2013, p. 130)

Além disso, as autoras mostram que a modificação aspectual deve ser externa ao DP, como em (25a), mas nunca interna, como em (25b).

- (25) a. the meeting lasted three hours.
 b. *the meeting for three hours
 c. the meeting of the president with the Prime Minister for three hours

(adaptado de ROY; SOARE, 2013, p. 130-131)

Segundo as autoras, portanto, a leitura eventiva dos Nomes de Evento Simples não deriva de uma estrutura verbal interna. Isso faz com que as autoras postulem que os Nomes de Evento Complexo representam uma eventualidade gramatical forte (i.e., a leitura eventiva

emerge de uma estrutura gramatical), enquanto os Nomes de Evento Simples seriam apenas eventos conceptuais.

Outras duas propriedades específicas dos Nomes de Evento Complexo são apresentadas por Borer (2013). A autora aponta que eles sempre derivam um verbo real, atestado. Como isso não ocorre em (26), os nomes não podem se comportar como Nomes de Evento Complexo:

- (26) a. *the vision of the mountain by the instructors for three hours this morning
 b. *the cognition about the problem for three hours by the philosophy student
 c. *the petulance of the passenger for thirty minutes in order to gain access to the lounge

(BORER, 2013, p. 75)

Ademais, a pesquisadora levanta uma questão sobre a composicionalidade dos Nomes de Evento Complexo. Um dos argumentos das hipóteses lexicalistas, que postulam que há um módulo não sintático específico para formação de palavras, é de que o léxico seria o campo das idiossincrasias da língua. No entanto, trabalhos construcionistas, como Marantz (1997) e Borer (2003), mostram que os limites da idiomaticidade não são compatíveis com os limites de palavras. Por um lado, expressões maiores que palavras podem ser idiomáticas, como *chutar o balde* e *papar mosca* – que possuem um significado especial associado ao todo. Por outro, há palavras que, obrigatoriamente, possuem uma leitura composicional. Esse é o caso, segundo Borer (2013), dos Nomes de Evento Complexo.

Em (27a), o contexto de leitura eventiva obriga uma leitura composicional de *transformation*; não pode haver uma interpretação de que o linguista realizou uma transformação gramatical (em termos técnicos da Linguística Gerativa) na estrutura. A leitura deve ser a mesma de (27b): há eventos de *transformar* em que *the linguist* é agente.

- (27) a. the transformation of the structure by the linguist
 b. the transformation of the field by the linguist

(BORER, 2013, p. 73)

4.2 Nomes de Evento, Estado e Entidade

Em trabalhos recentes, alguns autores (FÁBREGAS; MARÍN, 2012; SANTOS; FIGUEIREDO, 2018) defendem que a classificação binária de Nomes de Evento Complexo e

Nomes Referenciais não dá conta de alguns dados. Fábregas e Marín (2012, p. 36) identificam alguns nomes que ora apresentam um comportamento, ora outro, conforme os dados abaixo:

- (28) a. The building of the bridge took place during the Second World War.
 b. the constant building of bridges
- (29) a. *John's preoccupation with the economy took place last summer.
 b. John's constant preoccupation with the economy
- (30) a. *The stone building took place in the 16th century.
 b. *the constant stone building

Os autores identificam que os nomes em (29) não possuem uma leitura eventiva, assim como os Nomes Referenciais de (30); mas alinham-se aos Nomes de Evento Complexo de (28) ao aceitar modificação pelo advérbio *constant*. Com base nesses dados, os autores apontam que esses nomes não são eventos, mas que possuem extensão temporal. Assim, é apresentada uma análise que abarca mais apropriadamente as peculiaridades de cada dado acima.

Os nomes em (28) são classificados como *event nouns* (Nomes de Evento), que representam uma leitura eventiva gramaticalmente codificada; em (15), como *state nouns* (Nomes de Estado), que representam uma qualidade mapeada em uma extensão temporal; e, em (16), como *object nouns* – que chamaremos de Nomes de Entidade, seguindo Santos e Figueiredo (2018) e Aquino (2019) –, os quais representam um objeto externo ao campo aspectual e que pode ou não ser resultado de um evento.

Os Nomes de Evento e de Estado formam um par em oposição aos Nomes de Entidade, no sentido de que eles possuem uma leitura de eventualidade⁹ motivada por uma camada verbal. Sendo assim, os Nomes de Estado, tal qual os Nomes de Evento, possuem uma estrutura verbal interna, da qual herdam sua estrutura argumental. Na proposta de Fábregas e Marín (2012), são os Nomes de Entidade que se comportam como Nomes Referenciais, no sentido de que não possuem essas camadas verbais.

⁹ A palavra *eventualidade* é utilizada por Parsons (1990, p. 20) como termo genérico que une três categorias de sentenças: sentenças de evento, sentenças de estado e sentenças de processo. Os Nomes de Evento são uma eventualidade dinâmica, enquanto os Nomes de Estado representam uma eventualidade estativa.

Ademais, os autores argumentam que a possibilidade de se ter um nome com a leitura de estado depende do *aktionsart*¹⁰ do verbo base. Desse modo, verbos que possuem um componente estativo poderiam ser nominalizados para indicar esse estado. Os autores denominam essa herança de traços aspectuais do verbo base de Aspect Preservation Hypothesis (APH) (Hipótese de Preservação de *Aktionsart*¹¹).

Assim, tem-se um quadro com três classes de nominais: Nomes de Evento e Nomes de Estado, deverbais, e Nomes de Entidade, nominalizações diretas da raiz.

Em análise do Português, Santos e Figueiredo (2018) também apresentam uma categorização tripartida. As autoras classificam os Nomes de Evento como [+dinâmico] [±durativo] [±télico] e os Nomes de Estado como [-dinâmico] [+durativo] [-télico]. Os Nomes de Entidade, por serem considerados nominalizações diretas da raiz, não possuem uma camada verbal ou aspectual em sua estrutura interna e, por isso, não possuem traços aspectuais. As pesquisadoras também fornecem testes, apresentados a seguir, que facilitam a diferenciação entre os nomes, a depender do contexto sintático.

Os Nomes de Evento, por serem dinâmicos, podem ser complementos de verbos de percepção, como *assistir*, *ver* e *ouvir*; de cessação, como *conter*, *parar* e *retardar*; de implementação, como *começar* e *iniciar*; de terminação, como *terminar* e *acabar*; e de execução, como *realizar*, *fazer* e *executar*. As autoras mostram que, em alguns casos, é possível identificar um Nome de Evento pela inserção de um desses verbos na sentença:

- (31) a. Seu próximo projeto é a continuação do filme *Trainspotting*.
 b. Seu próximo projeto é *realizar* a continuação do filme *Trainspotting*.

(SANTOS; FIGUEIREDO, 2018, p. 189)

¹⁰ No campo da *aspectualidade*, é preciso diferenciar *aspecto* de *aktionsart*. O aspecto relaciona-se ao ponto de vista com que se enxerga um evento. Por exemplo, um mesmo evento passado *Newton comer uma maçã* pode ser visto como perfeito (“Newton comeu maçã”, conceptualizado como um ponto na linha do tempo, um evento completo) ou imperfeito (“Newton estava comendo uma maçã”, em que o evento é visto como incompleto). Por outro lado, o *aktionsart* refere-se a propriedades intrínsecas do sintagma verbal – nos termos de Smith (1997). A partir das classes verbais de Vendler (1967), a autora descreve tais propriedades por meio de um conjunto de *traços aspectuais*. O traço [±dinâmico] dá conta da dinamicidade ou estatividade. Já [±durativo] refere-se à existência de uma extensão temporal relacionada a uma eventualidade. Enquanto o evento *comer uma maçã* se desenvolve por um período temporal, o evento *ganhar na loteria* é instantâneo; não faz sentido perguntar por quanto tempo uma pessoa ganhou na loteria. Por último, [±télico] está relacionado ao ponto final intrínseco de um evento: o evento télico *comer uma maçã* termina quando a maçã é comida; já *andar* não possui um fim natural.

¹¹ Na literatura, aspecto e *aktionsart* também são chamados de aspecto gramatical (que seria codificado na sintaxe) e aspecto lexical (que seria inerente das raízes), respectivamente. É esse último o sentido dado por Fábregas e Marín (2012) em sua hipótese. Na MD, contudo, essa nomenclatura não é a mais adequada, posto que ambas as categorias são derivadas dos nós terminais presentes na estrutura sintática. Por isso, optou-se pelo uso do termo tradicional *aktionsart* na tradução.

Já os Nomes de Estado podem ser usados com verbos que denotam estados, como *ter* e *possuir*:

- (32) a. De acordo com a Polícia Militar, PM, o crime pode *ter* conotação política.
b. Para o especialista, ser empreendedor significa *possuir* motivação.

(SANTOS; FIGUEIREDO, 2018, p. 188)

Por último, as autoras apontam que só Nomes de Evento e Nomes de Estado podem ser usados em um contexto de expressão temporal. Apenas os Nomes de Evento são utilizados em construções como *antes de x*, *depois de x* e *em x*. Nesses contextos, portanto, a leitura eventiva é automática:

- (33) a. Ele nos escolheu em Cristo *antes* da fundação.
b. *Depois* da separação de Chimbinha
c. Um corpo *em* decomposição foi encontrado.

(adaptado de SANTOS; FIGUEIREDO, 2018, p. 190)

Além disso, quando usados com *durante x*, os Nomes de Evento são interpretados como *em desenvolvimento* – conforme (34a), de Santos e Figueiredo (2018, p. 190) –, enquanto, com os Nomes de Estado, a expressão temporal indica o período em que o estado se manteve – conforme (34b), de Santos e Figueiredo (2018, p. 192).

- (34) a. Vinte e sete pessoas morreram *durante* fiscalização da Polícia Rodoviária.
b. O porta-voz afirmou que a conturbação *durante duas semanas* não justifica intervenção.

5. INVESTIGAÇÃO DOS NOMES EM -ÇÃO

Na regata, ele me mata

Me maltrata, me arrebat

Que emoção no coração!

Lamartine Babo

Neste capítulo, conduzimos análises das nominalizações em *-ção* do Português do Brasil, buscando entender quais são as propriedades de cada grupo. Em um primeiro momento, analisamos conjuntamente os Nomes de Evento e de Estado, nomeando-os Nomes de Eventualidade. Afinal, segundo Fábregas e Marín (2012), esse par compartilha diversas propriedades: ambos representam uma eventualidade, cujos traços aspectuais dependem do *aktionsart* do verbo de que derivam. Em seguida, propomos uma estrutura para os Nomes de Entidade, que não apresentam traços aspectuais. Argumentamos, porém, que esse grupo de nomes também pode ser deverbal, além de possuir uma estrutura de argumentos.

5.1 Nomes de Eventualidade: eventos e estados

Conforme explorado, os Nomes de Evento e de Estado podem ser analisados em conjunto, posto que apresentam uma série de propriedades em comum: ambos são deverbais e possuem estrutura argumental e traços aspectuais. Na realidade, este último é o único fator diferenciador entre esses tipos de nominalizações. Seguindo Santos e Figueiredo (2018), argumentamos que os Nomes de Evento possuem traços [+dinâmico] [±durativo] [±télico] e os Nomes de Estado, [-dinâmico] [+durativo] [-télico] (propriedades essas derivadas do verbo base, como detalharemos na subseção 5.1.1 – *A preservação dos traços aspectuais*).

Por vezes, inclusive, pode ser difícil identificar quais leituras são disponíveis para dado nome. Mesmo os testes apresentados no capítulo 4 – *Retrospecção da Literatura* são insuficientes para eliminar as ambiguidades. Como tentativa de reduzir esse problema, desenvolvemos um novo teste que pode ser aplicado: o uso dos verbos *levar* e *durar*. O primeiro denota o período que determinada ação demora para ser concluída; sendo assim, aceita apenas nomes com leitura de evento. Em (35), o evento de energizar a cidade esteve em desenvolvimento por três horas, até ser concluído. Já o segundo denota o período em que determinada eventualidade se manteve. Portanto, pode ser usado para designar a duração de um estado, como em (36): o estado *energizado* teve duração de três horas, até ser revertido.

(35) A energização da cidade levou três horas.

(36) A energização da cidade durou três horas.

Vale mencionar, todavia, que é possível uma leitura de evento com o verbo *durar*. Assim ocorre com o exemplo (5), repetido abaixo como (37). No entanto, o teste ainda é produtivo, pois a leitura preferencial das sentenças com verbo *durar* é a de estado; se a única interpretação possível para (37) é eventiva, é porque *destruição* não pode funcionar como Nome de Estado.

(37) A destruição do parquinho durou três anos.

5.1.1 A preservação dos traços aspectuais

Em nossa análise, defendemos que o *aktionsart* dos Nomes de Eventualidade é herdado do verbo de que derivam. Isso significa dizer que (i) Nomes de Estado só derivam de verbos que possuem um estado alvo em sua estrutura interna e (ii) os Nomes de Evento denotam eventos com as mesmas propriedades aspectuais de seu verbo base (i.e., se um verbo é interpretado como dinâmico, durativo e télico, o Nome de Evento que ele deriva assim o será).

Em relação a (i), as nominalizações em *-ção* de verbos que possuem um estado alvo associado também têm uma leitura de estado disponível. Abaixo, apresentamos nomes em *-ção* com leitura de estado, relacionando-os com testes de Kratzer (2000) e Medeiros (2010, 2016). Em (38a), por exemplo, a placa indica que o uso do celular se encontra no estado *proibido*¹². Essa leitura só está disponível porque o evento *proibir* possui uma subeventualidade estativa; a presença do estado alvo *proibido* pode ser observada pelos testes com participio + *ainda* em (38b) e com o prefixo *des-* em (38c).

(38) a. A placa indica [a proibição do uso do celular].

b. O uso do celular ainda está proibido.

c. Minha mãe desproibiu o uso do celular.

(39) a. [A preocupação do João] com a economia

b. João ainda está preocupado com a economia.

c. João despreocupou-se com a economia.

¹² Isso fica mais claro se pensarmos que a placa não indica que haja um processo em curso em que se esteja proibindo o uso de celulares. Na realidade, o evento *proibir* já aconteceu – no instante em que uma lei foi promulgada, por exemplo.

- (40) a. [A separação do casal] durou apenas seis meses.
 b. O casal ainda está separado.
 c. O casal desseparou.

Como seus verbos base, os Nomes de Estado apresentam traços [-dinâmico] [+durativo] [-télico]: não há um acontecimento, um processo ou uma ação, mas sim uma qualidade – que se preserva por um período temporal, até que uma possível ação externa a reverta.

Em relação a (ii), o comportamento dos Nomes de Evento depende dos traços aspectuais dos verbos de que derivam:

- (41) a. Eu utilizei esse videogame por um ano.
 b. a utilização do videogame por um ano

Em (41a), o verbo designa um evento dinâmico, durativo e atélico: o evento *utilizar o videogame* é uma atividade dinâmica, que se desenvolve por um período do tempo e que não possui um ponto final intrínseco. Em (41b), há a mesma leitura. Como o verbo, o nome possui os traços [+dinâmico] [+durativo] [-télico].

Os dados em (42) apresentam um comportamento distinto:

- (42) a. O exército destruiu a cidade em uma semana.
 b. a destruição da cidade em uma semana

O evento *destruir a cidade* também é dinâmico e durativo, mas possui um fim natural: o evento se encerra no momento em que a cidade é destruída. O nome *destruição* herda essas propriedades do verbo de que deriva; seus traços são [+dinâmico] [+durativo] [+télico].

Por último, em (43a), há um evento pontual:

- (43) a. O plano de saúde autorizou o exame (#por cinco dias).
 b. A autorização do exame (*por cinco dias) ocorreu ontem.

Em determinado momento, o plano de saúde não autorizou o exame; a partir do momento que decide fazê-lo, essa autorização é imediata – i.e., o evento da autorização em si não possui uma extensão temporal contínua. É possível que o processo que tenha levado à autorização demore, mas o evento *autorizar* propriamente dito é instantâneo. Por isso, a única

interpretação possível para *por cinco dias* em (43a) é de que o exame esteve no estado *autorizado* por esse período; afinal, esse estado é a única eventualidade durativa disponível a ser modificada pelo PP. A nominalização *autorização*, expressa em (43b), preserva essa informação aspectual. Logo, em contexto de leitura eventiva, a presença de *por cinco dias* não é possível. À vista disso, esse Nome de Evento apresenta traços [+dinâmico] [-durativo] [+télico].

Classificação	Traços aspectuais	Exemplos
Estado	[-dinâmico] [+durativo] [-télico]	i. A proibição do celular durou semanas. ii. A exposição da pintura por anos (= a pintura no estado <i>exposto</i> por anos)

Tabela 2 – Síntese: *aktionsart* dos Nomes de Estado

Classificação (VENDLER, 1967)	Traços aspectuais	Exemplos
Atividade	[+dinâmico] [+durativo] [-télico]	i. A utilização do videogame por um ano ii. A perseguição do amor pela vida toda
<i>Accomplishment</i>	[+dinâmico] [+durativo] [+télico]	i. A destruição da cidade em uma semana ii. A demolição do estádio em um mês
<i>Achievement</i>	[+dinâmico] [-durativo] [+télico]	i. A autorização do exame às três horas ii. A proclamação da República ao amanhecer

Tabela 3 – Síntese: *aktionsart* dos Nomes de Evento

5.1.2 A estrutura argumental

Ao tomar camadas verbais em sua estrutura interna, os Nomes de Eventualidade herdam não apenas sua semântica eventiva, mas também sua estrutura argumental. Sendo assim, a proposta aqui apresentada é de que essa classe de nomes possua posições para os argumentos interno e externo – o que será detalhado nas subseções a seguir.

5.1.2.1 O argumento interno

Ao contrário do proposto por trabalhos apresentados no capítulo 4 – *Retrospecção da Literatura*, não é apenas o argumento externo que é opcional no PB. Na verdade, o argumento interno também não precisa ser expresso:

- (44) a. Durante a construção, não houve nenhum acidente.
 b. Equipes de saúde bucal também estiveram no local, para ensinar a forma correta de fazer a escovação.¹³

Dada a não-obrigatoriedade de expressão do argumento interno, emergem duas questões:

- (i) Quando se tem um argumento interno expresso, ele é um argumento de fato ou um modificador de natureza adjuntiva?
 (ii) Se há um argumento interno, o que licencia sua omissão?

Para responder a (i), recorreremos a um teste de movimento de QU-. Na tradição gerativa (HUANG, 1982; CHOMSKY, 1995; entre outros), os adjuntos são considerados ilhas sintáticas, já que funcionam como em segmento isolado da sentença, do qual não se pode extrair subconstituintes. Sendo assim, é possível realizar um movimento de QU- a partir de uma oração encaixada que seja argumento (cf. (45)), mas não de uma que seja adjunto (cf. (46)).

- (45) a. O seu pai pediu [que você fizesse [o quê]]?
 b. Foi o que_i que seu pai pediu [que você fizesse [t_i]]?
 (46) a. Você ficou triste [quando eu fiz [o quê]]?
 b. *Foi o que_i que você ficou triste [quando eu fiz [t_i]]?

A partir disso, foram analisadas as sentenças adiante. Em (47), há um Nome de Evento, complemento do verbo *realizou*. Se for possível a extração de QU- do DP *a gravação da entrevista de quem*, há um forte indício de que esse constituinte seja, verdadeiramente, um complemento.

¹³ Dado retirado de Santos e Figueiredo (2018, p. 188).

- (47) O diretor realizou a gravação da entrevista de quem?
 (48) Foi de quem que o diretor realizou a gravação da entrevista?

Em nossa variedade do PB, é sim possível uma interpretação de (48) em que o pronome interrogativo se ligue a *entrevista*, formando o sintagma *a entrevista de quem*. Se é possível uma extração de QU- desse sintagma, é porque ele funciona como argumento interno de gravação; caso fosse um adjunto, tal extração seria bloqueada.¹⁴

Com relação à questão (ii), então, nossa proposta é de que os Nomes de Eventualidade contem com argumento interno, que pode não ser expresso. Acreditamos que haja duas explicações possíveis para a não realização do complemento – o que deverá ser explorado em trabalhos futuros. Uma primeira hipótese é de que o apagamento do complemento em ambientes nominais seja da mesma natureza daquele de ambientes verbais. Cyrino (2019, 2021) aponta que o objeto direto pode ser omitido no Português brasileiro em alguns contextos específicos: quando definido, apenas caso o objeto possua o traço [-animado], mas podendo ocorrer mesmo em ilhas sintáticas; quando indefinido, sem restrições de animacidade, assim como no espanhol. Para testar essa hipótese, planejamos verificar quais as condições que licenciam a omissão do complemento das nominalizações, a fim de verificar se essa propriedade é mais uma das herdadas de sua camada verbal interna.

Outra possibilidade a ser explorada é se esse apagamento apenas é possível em nomes que denotem *activities*. No PB, quando o evento possui tal propriedade aspectual, isso é possível mesmo em contexto verbal. Por exemplo, o verbo *comer* não demanda a realização do argumento interno: “O menino já comeu (o almoço)”.

5.1.2.2 O argumento externo

Roeper (2004) propõe que as nominalizações do inglês contam com uma posição de sujeito, preenchida por um PRO. Para fundamentar sua proposta, aponta que é possível realizar a coindexação desse sujeito com outro elemento na mesma estrutura:

¹⁴ Há também uma leitura possível de *a gravação de quem*, com o pronome interrogativo sendo interpretado como o responsável pela gravação. Nesse dado, não há extração de QU- de um adjunto, mas sim o deslocamento de um adjunto para a cabeça da sentença. Esse fenômeno é trivial: “Quando_i você [jogou [OD futebol] [ADJ ti]]?”. A ambiguidade de (34) indica que haja duas estruturas possíveis: “Foi de quem_i que o diretor realizou [a gravação [da entrevista] [ti]]?” e “Foi de quem_i que o diretor realizou [a gravação [da entrevista [ti]]]?”. Na primeira, *de quem* é adjunto de *gravação*; na segunda, modificador de *entrevista*. Neste último caso, o movimento de QU- só é possível porque o PP *da entrevista de quem* é de natureza argumental.

- (49) a. The PRO_i use of drugs [PRO_i to go to sleep].
 b. The PRO_i destruction of the city [PRO_i to prove a point].

(ROEPER, 2004, p. 8)

Essa hipótese ganha força pela impossibilidade de se antepor o objeto na forma de um genitivo, justamente pela ocupação da posição de argumento externo por PRO.

- (50) a. ?*The drug's use to go to sleep.
 b. ?*The city's destruction to prove a point.

(ROEPER, 2004, p. 8)

Em nossa análise, verificamos que o controle do sujeito da nominalização também é possível no PB. Em (51a), por exemplo, aquele que explora a mina obrigatoriamente é quem encontra pedras preciosas:

- (51) a. A PRO_i exploração da mina [para PRO_i encontrar pedras preciosas].
 b. A PRO_i constatação do erro [para PRO_i tentar corrigi-lo].
 c. A PRO_i colonização do Brasil [para PRO_i explorar seus recursos].

Por isso, assim como Roeper (2004), postulamos uma posição de argumento externo para as nominalizações em *-ção*. Seguindo Kratzer (1996) e Medeiros (2018), propomos que essa posição seja introduzida por VozP.

5.1.3 Uma proposta de estrutura

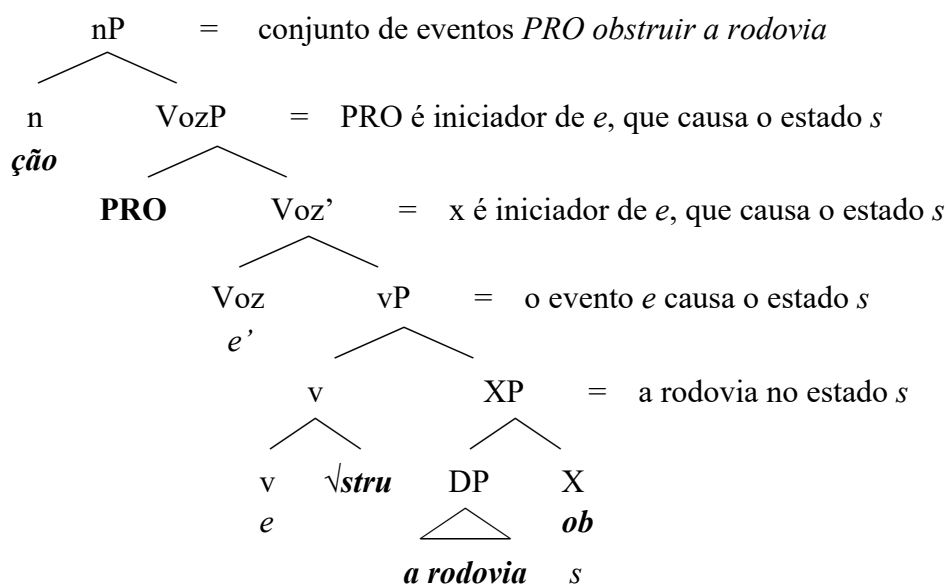
Em concordância com Fábregas e Marín (2012), constatamos que a possibilidade de uma leitura de estado depende da presença de um componente estativo na estrutura verbal interna à nominalização. Confirmamos, em nossa análise, a proposta dos autores de que o nominalizador não introduz traços aspectuais na estrutura¹⁵. Desse modo, os Nomes de Evento e de Estado possuem uma mesma estrutura – i.e. dispõem das mesmas camadas estruturais

¹⁵ Caso o morfema faça contribuições além da categorização, espera-se que seja apenas no campo do aspecto (e não do *aktionsart*). Nesse sentido, já é amplamente estudado (ROCHA, 1999; OLIVEIRA 2014; entre outros) que *-ção* pode adicionar a noção de iteratividade na estrutura – como é o caso de “encheção”, “pegação”, “chamação” e “varreção”. A análise desse fenômeno é planejada para etapas futuras.

internas, que são herdadas de seu verbo base. A diferença entre esses nomes se dá por traços aspectuais distintos.

Como base de nossa proposta de estrutura argumental para as nominalizações em *-ção*, partimos da análise de Medeiros (2018) para os verbos do Português. Em (52), por exemplo, o nominalizador toma a estrutura do verbo *obstruir*:

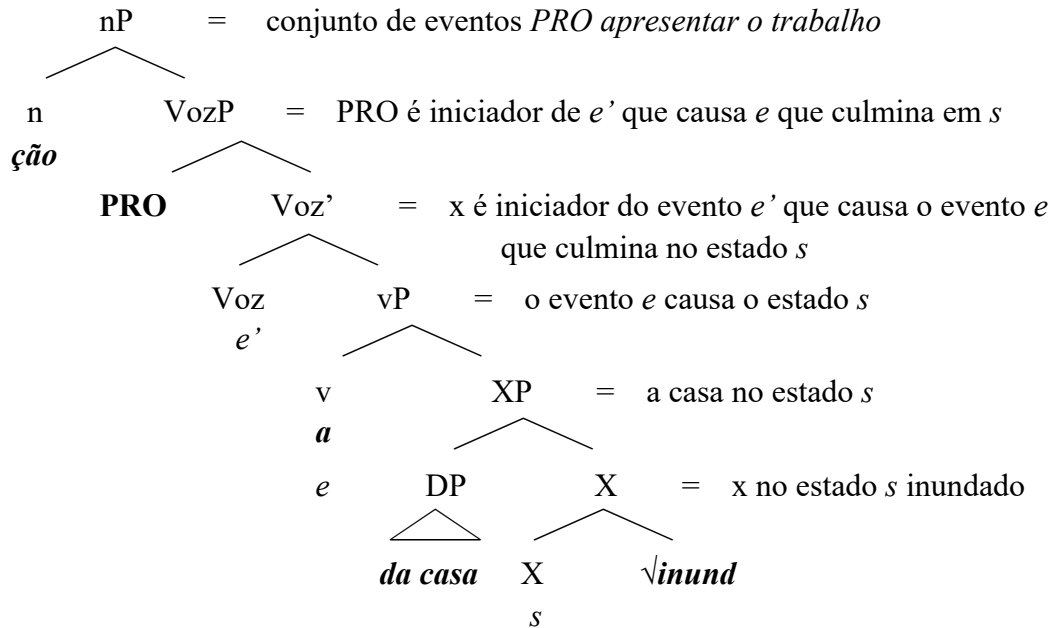
(52) a obstrução da rodovia



Conforme discutido no capítulo 3 – *Considerações sobre eventos e argumentos*, o morfema X, realizado pelo prefixo *ob-*, introduz uma variável de estado na estrutura. E é a presença desse componente estativo que permite que o nome *obstrução* apresente uma leitura estativa, como ocorre em “A obstrução da rodovia durou três horas”. Já o morfema *v* introduz uma eventualidade dinâmica. Com isso, *obstrução* também pode apresentar leitura eventiva: “Antes da obstrução da rodovia, os manifestantes atearam fogo em pneus”. Inclusive, a presença dessas eventualidades dinâmica e estativa pode ser verificada concomitantemente: “A obstrução da rodovia levou quinze minutos e durou seis horas”: na primeira oração, a expressão temporal mede o evento introduzido por *v*; na segunda, o estado alvo introduzido por X. Por fim, o sintagma Voz introduz a posição de argumento externo, bem como a eventualidade que inicia o evento *e*. O PRO que ocupa essa posição pode ser coindexado com outro elemento na estrutura: “A PRO_i obstrução da rodovia [para PRO_i reivindicar direitos trabalhistas]”.

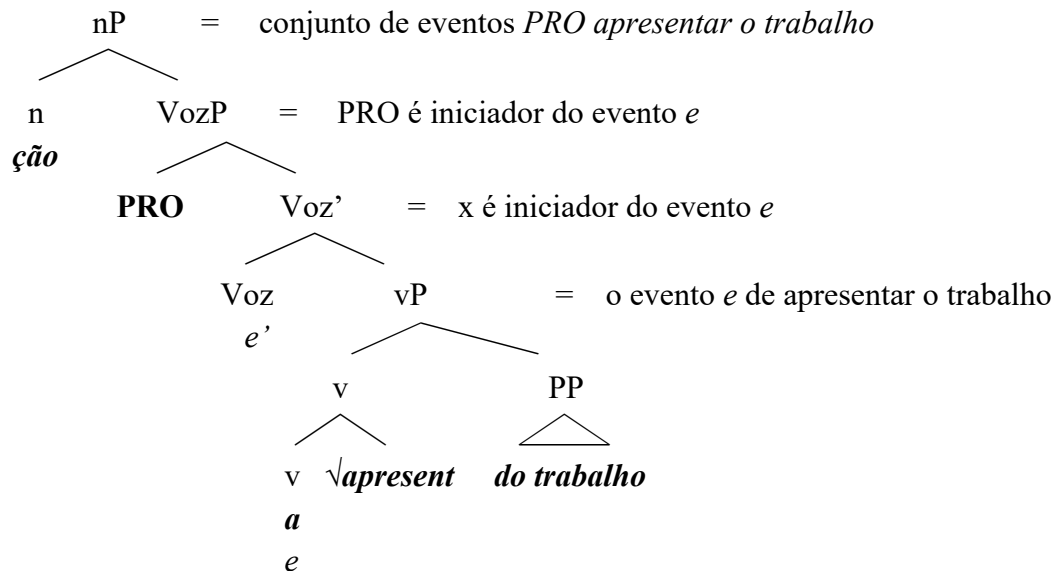
É possível, também, que haja uma estrutura de verbo alternante interna à nominalização, tal qual ocorre em (53). Há, também, três subeventualidades, como pode ser constatado em “A PRO_i inundação da casa [para PRO_i expulsar os insetos] levou horas e durou dias”.

(53) a inundação da casa



Em contrapartida, há nomes em que não há presença do morfema X na estrutura; eles não possuem, portanto, uma subeventualidade estativa disponível:

(54) a apresentação do trabalho



Em *apresentação*, há uma estrutura típica dos verbos de tema incremental, que não possuem estado alvo: “*O trabalho ainda está apresentado” e “*O aluno desapresentou o

trabalho”. As nominalizações que herdam essa estrutura não podem ser inseridas em contexto de Nome de Estado: “#A apresentação do trabalho durou uma hora”¹⁶.

Enfim, todas as propriedades aspectuais e argumentais dos Nomes de Eventualidade derivam dos verbos que tomam como base¹⁷. Assim sendo, a inserção do nominalizador *-ção* na estrutura não acrescenta traços aspectuais. As únicas informações de *aktionsart* disponíveis são as derivadas das eventualidades mais encaixadas na estrutura.

5.1.4 Como explicar a obrigatória composicionalidade?

Para tentar explicar a necessidade de se ter uma leitura composicional com Nomes de Evento e de Estado, recorreremos à proposta de *fases* de Chomsky (2001). Segundo o autor, a estrutura sintática não sofre, de uma só vez, o *spell-out*. Na verdade, a estrutura é enviada aos poucos, parte por parte, às interfaces, a depender dos elementos que são inseridos na estrutura. Essa proposta busca dar conta, por exemplo, da localidade em que ocorrem alguns fenômenos sintáticos.

No âmbito da MD, Marantz (2001, 2007) defende que a inserção de um morfema categorizador semanticamente significativo na estrutura desencadeie o *spell-out*. Nos Nomes de Eventualidade, isso ocorre quando há concatenação do morfema verbalizador. Nesse momento, a raiz recebe significado da Enciclopédia associado ao contexto (verbal) em que se encontra. Os morfemas que forem adicionados mais acima na estrutura não podem alterar o significado da estrutura mais encaixada. Em outros termos, quando o nominalizador é inserido na estrutura, o significado da raiz já foi negociado; a inserção do morfema apenas pode adicionar significado composicionalmente.

¹⁶ Não é possível uma leitura de que o trabalho esteve no estado *apresentado* por uma hora. A única leitura possível é de que o evento da apresentação durou uma hora – nesse caso, a expressão temporal apenas possui uma eventualidade dinâmica para modificar. A ausência de duas eventualidades disponíveis – sendo uma eventiva e uma estativa – é verificável em “*A apresentação do trabalho levou uma hora e durou três horas”.

¹⁷ Futuramente, é preciso analisar, com maiores detalhes, quais estruturas verbais podem ser tomadas pelo nominalizador – ou mesmo se há alguma estrutura incompatível. Nessa perspectiva, Aquino (2019) defende que os nomes em *-ção* podem derivar de verbos transitivos, inacusativos e alternantes, mas não de inergativos. Essa última possibilidade, contudo, parece ser possível quando o nominalizador insere o aspecto de iteratividade na estrutura (como em *dormição*); porém, como comentado, esse fenômeno ficou de fora do escopo desta monografia.

5.2 Nomes de Entidade

5.2.1 Os morfemas verbalizadores

Os Nomes de Entidade precisam ser analisados separadamente dos Nomes de Eventualidade, já que não estão inseridos no campo aspectual. Essa propriedade, aliada à ausência de leitura eventiva e de estrutura argumental, faz com que trabalhos construcionistas, apresentados no capítulo 2 – *Fundamentação teórica*, considerem-nos nominalizações diretas da raiz – i.e., não são nomes deverbais.

No entanto, são constatados morfemas tipicamente verbais presentes em Nomes de Evento e de Estado – não apenas as vogais temáticas de (55), mas os morfemas *-iz-* de (56) e *-fic-* de (57) e as estruturas parassintéticas de (58):

- (55) a. Eu recebi sua arguição.
 b. As formulações de Pitágoras revolucionaram a geometria.
- (56) a. Eu já paguei a indenização.
 b. A menina baixou a atualização.
- (57) a. O guarda me entregou a notificação.
 b. Aquela edificação é altíssima.
- (58) a. Essa encadernação é bem grossa.
 b. A associação de moradores entrou com um recurso.

A Morfologia Distribuída é um modelo realizacional. Como há presença desses morfemas nas palavras acima, a teoria postula que eles devam ser a realização de um nó terminal presente na estrutura interna dessas palavras. A partir disso, argumentamos que, sim, os Nomes de Entidade contam com uma estrutura verbal interna (contra BORER, 1999, 2003, 2013; MARANTZ, 2000, 2001; ROY; SOARE, 2013; SANTOS; FIGUEIREDO, 2018). Há de se explicar, então, quais são as implicações dessa proposta.

No polo do sentido, é evidente que os nomes acima não denotam um evento, uma atividade, um acontecimento ou uma qualidade mapeados em determinada extensão temporal, mas sim entidades – sejam elas concretas ou abstratas. Portanto, não há, de fato, nenhuma eventualidade relacionada a esses nomes. Para explicar isso, a única alternativa é propor que o morfema verbalizador esteja presente na estrutura (tal como indicam as realizações

morfofonológica no interior das palavras), mas seja semanticamente nulo – ou seja, que ele não faça nenhuma contribuição de sentido.

Para que essa hipótese se sustente, é preciso explicar por que isso ocorre. Para tal, recorreremos à proposta de alossemia contextual de Marantz (2013). O raciocínio do autor é o seguinte: assim como alofones e alomorfes são realizações fonológicas e morfológicas distintas de um mesmo fonema ou morfema, os quais se distribuem complementarmente em relação aos contextos de inserção possíveis, os alossemas são interpretações distintas de um mesmo nó terminal. E, assim como ocorre com suas contrapartes da fonologia e da morfologia, é preciso explicar quais são os contextos que provocam a realização de um alossema ou de outro.

Nesse sentido, propomos que há um processo de alossemia associado ao núcleo *v*, que ocorre por condições contextuais. O verbalizador realiza contribuições semânticas na estrutura sempre que estiver anexado a um VozP. Nesse caso, tem-se um Nome de Eventualidade. Os Nomes de Entidade, porém, não possuem um núcleo Voz em sua estrutura. E é justamente o contexto da ausência de VozP, com anexação do nominalizador imediatamente acima do *v*P, que faz com que o morfema verbalizador dos Nomes de Entidade seja semanticamente nulo.

No polo da forma, seria esperado que os Nomes de Entidade herdassem, assim como os Nomes de Eventualidade, o argumento interno do verbo base. Afinal, enquanto a posição de argumento externo depende da presença de um núcleo Voz na estrutura sintática, o complemento é projetado diretamente pelo núcleo *v* – ainda que este não realize nenhuma contribuição de significado. Portanto, a teoria prevê que deve haver uma posição de argumento interno também nos Nomes de Entidade.

Em dados como “A separação [do casal] foi assinada” ou “A vegetação [do Amazonas] é diversa”, os elementos entre colchetes não parecem desempenhar função sintática de complemento. Na verdade, eles se comportam como genitivos de posse, o que é típico de modificadores do campo nominal. Em outros dados, contudo, a análise não é tão simples. Como afirmar que o PP *da entrevista do ator* seja argumento interno do Nome de Evento em (59) – como defendido anteriormente –, mas adjunto do Nome de Entidade em (60)?

(59) O diretor realizou a gravação da entrevista do ator.

(60) O diretor guardou a gravação da entrevista do ator.

Para avaliar o estatuto desse PP, foi realizado, novamente, o teste de extração de QU-

- (61) a. O diretor guardou a gravação da entrevista de quem?
 b. #Foi de quem que o diretor guardou a gravação da entrevista?

Com o Nome de Entidade, a extração de QU- não nos parece possível: não se tem *entrevista de quem*, mas sim *gravação de quem*. Neste caso, o pronome interrogativo se refere a alguém que tenha sido entrevistado, mas sim ao proprietário de um objeto físico que é uma gravação:

- (62) a. Foi de quem_i que o diretor guardou [a gravação [da entrevista] [t_i]]?
 b. *Foi de quem_i que o diretor guardou [a gravação [da entrevista [t_i]]]?

Caso o PP *da entrevista de quem* fosse um argumento, a sentença representada em (62b) seria possível. No entanto, como esse sintagma desempenha função sintática de adjunto, a extração não é possível.

De acordo com a teoria, esse comportamento foge ao esperado. Afinal, toda a argumentação desenvolvida nesta monografia dá conta de que é por derivar de verbos que os Nomes de Eventualidade possuem estrutura argumental. Para solucionar essa questão, postulamos que, de fato, os Nomes de Entidade contem com uma posição de argumento interno. Contudo, essa posição é ocupada por um morfema abstrato: uma variável *y*. Esse elemento ocupa a posição de complemento, saturando-a.

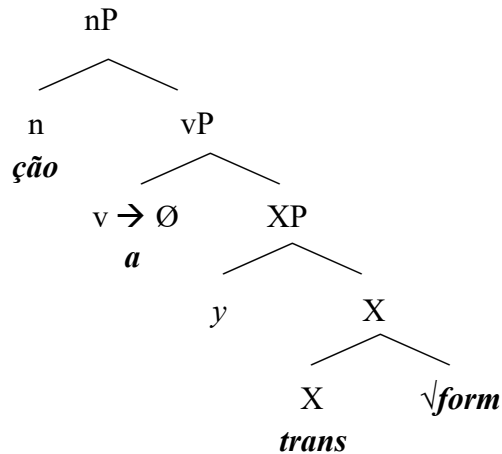
Nesta subseção, argumentamos que Nomes de Entidade também são deverbais, já que contam com morfologia verbal. A seguir, apresentamos uma proposta de estrutura que contemple isso, argumentando que a variável *y*, além de explicar a não realização do argumento interno, permite observar o processo de construção de referência dos nomes.

5.2.3 Uma proposta de estrutura

A estrutura dos Nomes de Entidade, ilustrada em (63), não conta com um núcleo Voz. Essa ausência, com a anexação do nominalizador imediatamente acima do vP, motiva, contextualmente, a interpretação nula do morfema verbalizador, o qual, apesar de não realizar contribuição de significado, tem sua presença evidenciada por realização fonológica – nesse caso, a vogal temática *a*. Desse modo, há uma posição para o argumento interno. Essa posição,

porém, é saturada por uma variável abstrata y , que impede a ocorrência de outro elemento¹⁸. Por último, destaca-se que a raiz modifica o morfema X, realizado pelo prefixo *trans-*.

(63) Mover- α é uma transformação.



5.2.4 Como explicar a possível idiomaticidade?

Os Nomes de Entidade podem apresentar significado arbitrário. Esse é o caso de *transformação*, que, em (63), possui um significado especial de “operação formal teórica do quadro do Gerativismo”. Essa leitura, conforme defende Borer (2013), só está disponível em contexto de entidade (que, nesse caso, é abstrata). Em “A transformação da estrutura pelo linguista”, a interpretação é composicionalmente derivada a partir do verbo *transformar*.

Da mesma maneira, *separação* pode ser interpretado arbitrariamente em contexto de entidade. Em (3), repetido abaixo como (64), o nome referencia um documento – significado que não é derivado composicionalmente de sua estrutura interna complexa.

(64) A separação do casal foi assinada ontem.

Isso só é possível pois, nos Nomes de Entidade, o verbalizador é semanticamente nulo; assim, ele não desencadeia o *spell-out*. A estrutura é mandada, pela primeira vez, à interface conceitual com a inserção do morfema nominalizador *-ção*. Desse modo, é possível que a

¹⁸ Em “Mover- α é uma transformação [da estrutura]”, o nome *transformação* é ambíguo. Se a leitura for de evento (com interpretação de que a estrutura foi transformada, modificada), o PP funciona como argumento interno; se a leitura for de entidade (com leitura de termo técnico do Gerativismo), o PP desempenha função sintática de adjunto (conforme argumentando em 5.2.1 – *Os morfemas verbalizadores*).

Enciclopédia liste um significado para a palavra como um todo. Ainda assim, como contam com uma estrutura complexa, os Nomes de Entidade são analisáveis – o que será explorado na próxima subseção.

5.2.5 A construção de referência

Além de justificar a impossibilidade de realização fonológica do argumento interno, a variável *y* é um artifício teórico que nos permite realizar previsões sobre a construção de referência das nominalizações. Para isso, recorremos ao conceito dos verbos de criação (AMARAL; CANÇADO, 2014):

(65) O engenheiro construiu o prédio.

Em (65), o evento *o engenheiro construir o prédio* tem, como produto, *o prédio*. Nesse dado, então, tem-se a criação de um objeto que ocupa a posição de argumento interno. Em (66) possível verificar esse mesmo fenômeno com as nominalizações:

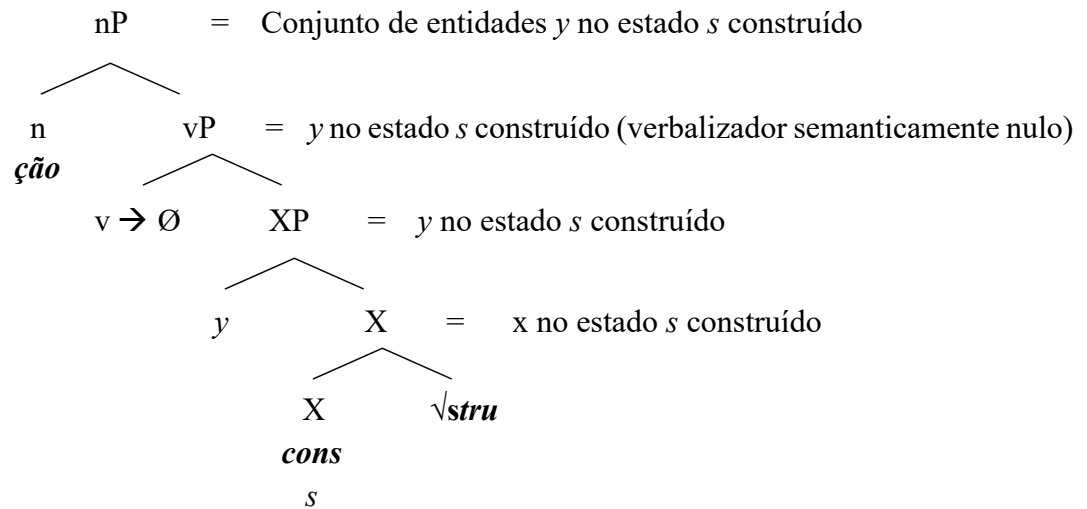
(66) Durante a construção do prédio, não houve acidentes.

Do mesmo modo, *o prédio*, argumento interno do nome *construção*, é criado. Argumentamos que, em (67), ocorre um processo semelhante:

(67) A construção é altíssima.

Nesse caso, a leitura é de entidade; *construção* é o próprio prédio. Seguindo o raciocínio desenvolvido até aqui, é um elemento que ocupa a posição de argumento interno que representa o elemento criado; no caso do Nome de Entidade, a variável *y*:

(68) a construção



A variável y é o elemento extrínseco que ocupa a posição de argumento interno, sendo interpretado como objeto criado. Assim, com a inserção do nominalizador *-ção*, é esse objeto criado que é o referente do nome formado. Em (69), há um conjunto de nomes em que ocorre esse processo de criação extrínseca (i.e., um elemento externo, ocupante da posição de argumento interno, é interpretado como objeto criado e, conseqüentemente, como referente da nominalização):

- (69) a. A invenção de Tesla é bela.¹⁹
 b. As composições de Beethoven são encantadoras.
 c. As formulações de Pitágoras vão cair na prova.

Nem sempre, porém, objeto criado ocupa a posição de argumento interno:

- (70) a. O oficial documentou a irregularidade.
 b. Após a documentação da irregularidade, todos ficaram irritados.

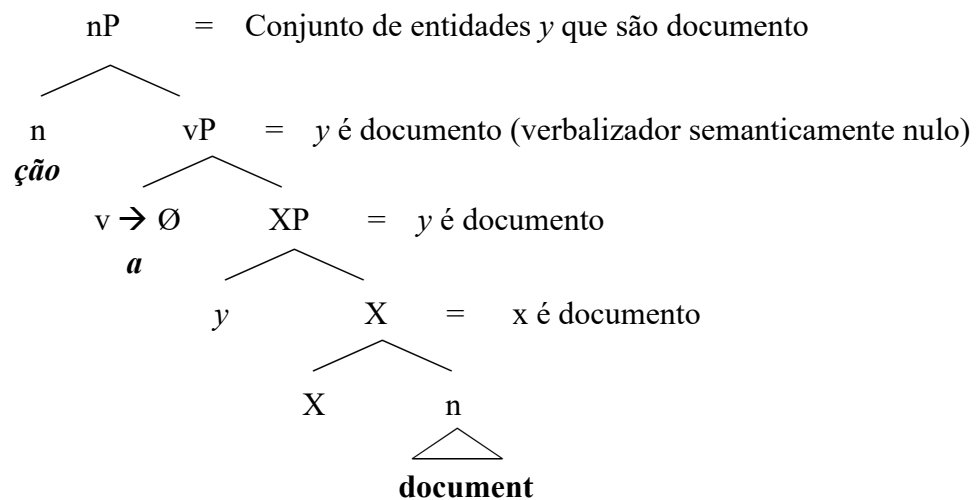
Em (70), nos eventos de *documentar a irregularidade* descritos, não é a irregularidade que é criada, mas sim um conjunto de documentos – o que é sinalizado não pelo argumento interno, mas sim pela própria raiz. Analogamente, em (71), o referente de *documentação* é alcançado por um procedimento intrínseco, em que se olha para dentro do nome:

¹⁹ Nesses dados, isso fica claro com o seguinte raciocínio: Tesla inventou algo; esse *algo* é o argumento interno, que é a invenção.

(71) A documentação foi assinada.

Nesse caso, a variável y promove uma operação de identificação com a estrutura mais encaixada, em um processo similar ao que ocorre com uma cópula. Isso se dá porque o morfema X não toma diretamente uma raiz, mas sim uma estrutura complexa: uma raiz já categorizada. Essa possibilidade é prevista pela teoria, e segue o raciocínio desenvolvido por Arad (2003) na diferenciação entre os verbos *to hammer* e *to chain* (ver subseção 2.2.3 – *Raízes acategoriais*): o nome *documentação* presume a existência de um documento, então deve haver um nome *documento* em sua estrutura interna.

(72) a documentação



Esse processo de criação intrínseca também pode ser observado nos seguintes dados:

- (73) a. A sinalização está muito confusa.²⁰
 b. A nominalização em *-ção* é difícil de ser estudada.²¹
 c. A atualização foi baixada.

²⁰ Seguindo o raciocínio da nota 19: o evento da sinalização cria algo; esse *algo* é o próprio sinal, indicado internamente pelo nome (e não pelo argumento interno).

²¹ Nesse caso, a presença de uma estrutura já categorizada é visível pela presença do morfema adjetivador *-al-*, que forma o adjetivo *nominal*. Assim, y é nominal.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem causa tal perdição? Ambição.
Gregório de Mattos

Esta monografia buscou explorar algumas propriedades das nominalizações em *-ção* do Português brasileiro. Para isso, traçamos as principais diferenças entre os Nomes de Eventualidade e de Entidade, propondo estruturas para cada tipo de nominalização. Agora, apresentamos alguns dos achados da pesquisa e propomos caminhos para investigações futuras.

6.1 Conclusões

Ao retomar as principais propostas apresentadas neste trabalho, podemos destacar alguns pontos:

- (i) Os Nomes de Eventualidade herdam leitura eventiva, propriedades aspectuais e grade argumental do verbo de que derivam. Eles podem ser subdivididos em Nomes de Evento e Nomes de Estado. No primeiro caso, apresentam traços [+dinâmico] [±durativo] [±télico]; no segundo, [-dinâmico] [+durativo] [-télico].
- (ii) A fim de verificar a disponibilidade de uma leitura estativa para certo nome, é possível realizar um teste com os verbos *levar*, que estabelece um contexto de leitura de evento, e *durar*, que indica, preferencialmente, uma leitura de estado.
- (iii) Os Nomes de Eventualidade têm significado composicional obrigatório porque, com a inserção do morfema verbalizador mais encaixado, a estrutura é enviada à interface conceitual, onde recebe seu significado. Então, quando o nominalizador *-ção* é anexado, a negociação do significado da raiz já ocorreu.
- (iv) Com relação à estrutura argumental, os Nomes de Eventualidade têm posições na estrutura para argumentos interno (projetada por *v*) e externo (projetada por Voz e ocupada por PRO). Já os Nomes de Entidade apenas contam com argumento interno, cuja posição é preenchida por uma variável abstrata *y* que impede a ocorrência de outro elemento; não há, portanto, um argumento realizado fonologicamente.

(v) Os Nomes de Entidade também podem ser deverbais. Contudo, devido ao contexto em que é inserido na estrutura, o verbalizador é semanticamente nulo; então, ele não desencadeia o *spell-out*. Desse modo, os nomes em *-ção* podem apresentar significado arbitrário quando há leitura de entidade.

6.2 Desdobramentos futuros

Há um sem número de questões que não foram abordadas neste trabalho. Aqui, apresentaremos algumas delas, que ainda merecem ser analisadas.

Em relação aos Nomes de Eventualidade, há necessidade de se investigar a possibilidade de leitura iterativa associada a *-ção*. Em *pegação, chamada, dormição, enchecção e varreção*, fica claro que o nominalizador realiza contribuições semânticas que vão além da categorização. A partir disso, as perguntas que surgem são (i) quais contribuições semânticas podem ser realizadas por *-ção*?; e (ii) em quais contextos elas se aplicam (e o que as limita)?

Ademais, é preciso desenvolver uma análise sistemática a fim de identificar quais são as preferências e restrições do nominalizador *-ção* quanto aos tipos de verbos que podem ser tomados como base. Nesta monografia, foram propostas estruturas para nomes derivados de verbos alternantes e de verbos exclusivamente transitivos, mas deve-se investigar se há outras possibilidades.

Outra questão relevante é descrever os traços morfossintáticos referentes ao nominalizador. No modelo da MD, o material fonológico compete pela inserção nos nós terminais; o item de vocabulário mais especificado é inserido na estrutura. Nesse prisma, quais são os traços especificados pelo morfema *-ção*? O que faz com que esse item de vocabulário ganhe a competição contra outros nominalizadores, como *-mento*, por inserção nas estruturas aqui propostas? E por que ele não é inserido em outras?

Além disso, contrariando as observações de Borer (2013), foi constatado que há nomes que não possuem, mais encaixados, um verbo real e atestado. Esse é o caso de *seleção, inspeção, adição e seleção*, que são base, respectivamente, dos verbos *selecionar, inspecionar, adicionar e selecionar* – como indica a presença do item de vocabulário *-cion-* (equivalente a *-ção*, mas em posição de meio de palavra). Todos esses nomes podem ser inseridos em contexto de leitura de evento e apresentam estrutura argumental:

- (74) a. Após a seleção dos jogadores pelo técnico
b. Durante a solução do problema

- c. A inspeção da infraestrutura levou um mês.
- d. A direção do filme foi realizada com esmero.

Vale ressaltar, inclusive, que esses nomes apresentam leitura eventiva e estrutura argumental equivalentes aos verbos que deles derivam²². Ao mesmo tempo, eles podem ser inseridos em contextos de entidade, apresentando leituras arbitrárias:

- (75) a. A seleção joga amanhã.
b. Essa solução é tóxica.

Em (75a), o nome *seleção* é interpretado como “time de futebol que representa um país em competições internacionais”, significado este que não está presente quando há leitura eventiva, como em “A seleção dos jogadores pelo técnico”. Já em (75b), a entidade *solução*, com sentido de “tipo de líquido”, não se relaciona com o evento *solucionar*. Esses nomes, então, não possuem base verbal, mas (i) podem apresentar subeventualidades e estrutura argumental e (ii) os verbos denominais correspondentes não podem tomar todos os sentidos possíveis da base. Essas questões representam interessantes enigmas para o histórico derivacional de tais palavras.

A ausência de base verbal também pode ser verificada a partir de *junção*, *concepção* e *eleição*, em que a inserção do nominalizador promove uma readequação fonológica das raízes \sqrt{jun} -, \sqrt{ceb} - e \sqrt{eleg} -, o que sugere que haja nominalizações diretas da raiz (MARANTZ, 2007). Porém, esses nomes também podem apresentar leitura eventiva:

- (76) a. Antes da junção dos elementos
b. Após a concepção da ideia
c. A eleição do presidente pelo povo

²² É importante salientar que comportamento não é generalizado. Os nomes *função*, *proporção*, *posição* e *condição*, por exemplo, possuem características parecidas: eles não possuem base verbal e derivam os verbos *funcionar*, *proporcionar*, *posicionar* e *condicionar*. Todavia, eles não podem apresentar leitura análoga à de seus verbos correspondentes:

- i. *Após a função do controle (= funcionar o controle)
- ii. *Durante a proporção da comida (= proporcionar a comida)
- iii. *A posição das peças levou uma hora. (= posicionar as peças)
- iv. *A condição dos termos foi realizada com cautela. (= condicionar os termos)

Os dados aqui explorados seriam evidências contrárias para a Hipótese de Preservação de *Aktionsart* de Fábregas e Marín (2012), bem como para a formulação de Borer (2013) de que Nomes de Evento precisam derivar de um verbo real, atestado. É preciso verificar, portanto, a origem da eventualidade dinâmica desses nomes²³. Seria, de fato, possível que o próprio nominalizador possua informações relacionadas a *aktionsart* e estrutura argumental?

Em relação aos Nomes de Entidade, foi argumentado que sua morfofonologia indica a presença de morfemas verbais. Tais morfemas seriam realização de camadas verbais da estrutura interna desses nomes. Assim, propusemos que o grupo de nomes analisados seja sim deverbal. No entanto, há um amplo conjunto de dados em que *-ção*, verdadeiramente, parece formar nomes a partir de raízes. Os nomes *coração*, *lição*, *nação* e *tradição*, além de não contar com morfologia ou semântica tipicamente verbais, não possuem verbos associados – ou seja, eles não derivam nem são derivados de verbos. É necessário, então, realizar uma análise dessas instâncias, buscando compreender quais as condições de inserção do nominalizador e quais são suas implicações sintático-semânticas.

²³ É importante destacar que apenas Nomes de Evento foram identificados sem que houvesse uma base verbal. Os Nomes de Estado parecem, de fato, sempre derivar de verbos com componentes estativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(ou REFERENCIAÇÃO DA BIBLIOGRAFIA)

AMARAL, Luana Lopes; CANÇADO, Márcia. Verbos de criação do português brasileiro: classificação e representação lexical. *Revista Linguística*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, 2014.

AQUINO, Rafaela N. M. Nomes deverbais em português: um estudo na interface sintaxe-semântica. In: *Caderno de Resumos SEPLA 2019 – Seminário de Pesquisas Linguísticas em Andamento*. Rio de Janeiro: Revista Linguística Rio, v. 5. p. 78-80, 2019.

ARAD, M. Locality Constraints on the interpretation of roots: the case of Hebrew denominal verbs. *Natural Language and Linguistic Theory*, 2003.

BORER, H. The form, the forming and the formation of nominals. In: *2nd Mediterranean Morphology Meeting*, 1999.

BORER, H. Exo-skeletal vs. endo-skeletal explanations. In: MOORE, J.; POLINSKY, M. *The Nature of Explanation in Linguistic Theory*. 31-67. Chicago: CSLI and University of Chicago Press, 2003.

BORER, H. Derived nominals and the domain of content. *Lingua*, p. 1-33, 2013.

BRINTON, Laurel J. Aspectuality and countability: a cross-categorial analogy. *English Language and Linguistics*, vol. 2, p. 37-63, 1998.

CHOMSKY, N. Remarks on Nominalization. In: JACOBS, R.; ROSENBAUM, P. (ed.). *Readings in English Transformational Grammar*, Ginn, Waltham, MA, p. 184-221, 1970.

CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht, The Netherlands: Foris, 1981.

CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge Mass: MIT Press, 1995.

CHOMSKY, N. Derivation by Phase. In: KENSTOWICZ, M. (ed.). *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge: MIT Press, 2001.

CYRINO, S. Objetos nulos/pronomes plenos e tropicalidade no português brasileiro. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v.16, n.1, p.3482- 3498, jan./mar. 2019.

CYRINO, S. On the syntax of null objects in Brazilian Portuguese. *Null objects from a crosslinguistic and developmental perspective* (International Conference), jan. 2021.

FÁBREGAS, Antonio; MARÍN, Rafael. The role of Aktionsart in deverbal nouns: State nominalizations across languages. *J. Linguistics*, vol. 48, p. 35-70, Cambridge University Press, 2012.

GRIMSHAW, J. *Argument Structure*. Cambridge: MIT Press, 1990.

HARLEY, Heidi; NOYER, Rolf. Distributed morphology. *Glott International*. Volume 4, 4ª impressão, abr. 1999.

HALLE, Morris; MARANTZ, A. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In: HALLE, Kenneth; KEYSER, S. J. *The View from Building 20*. MIT Press, p. 111-176, 1993.

HUANG, C.-T.J. *Logical relations in Chinese and the theory of grammar*. Tese (Doutorado em Filosofia) – MIT, Cambridge, Mass., 1982.

KRATZER, Angelika. Severing the External Argument from its Verb. In: ROORYCK, J.; ZARING, L. (ed.). *Phrase Structure and the Lexicon*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, p. 109-137, 1996.

KRATZER, Angelika. Building stative. *Berkeley Linguistic Society*, University of Massachusetts at Amherst, v. 26, p. 385-399, 2000.

KRIFKA, Manfred. The origins of telicity. In: ROTHSTEIN, Susan (ed.). *Events and grammar*. London: Kluwer, 1998. p. 197-235.

MARANTZ, A. No escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. In: DIMITRIADS, A.; SIEGEL, L. et al. (org.). *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics*, vol. 4.2, Proceedings of the 21st Annual Penn Linguistics Colloquium, 1997, p. 201-225.

MARANTZ, A. Roots: the universality of root pattern morphology. *Conference of Afro-Asiatic Languages*, University of Paris, 2000.

MARANTZ, A. Words. *Keynote Address to the West Coast Conference on Formal Linguistics*. University of Southern California, 2001.

MARANTZ, A. Phases and Words. In: CHOE, S. H. (ed.). *Phases in the theory of grammar*. Seoul: Dong-In Publishing Co., 2007.

MARANTZ, A. Locality Domains for Contextual Allomorphy across the Interfaces. In: MATUSHANSKY, Ora; MARANTZ, Alec. *Distributed Morphology Today: Morphemes for Morris Halle*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2013, p. 95-115.

MARANTZ, A. (1997). Sem escapatória da sintaxe: não tente fazer análise morfológica na privacidade do seu próprio léxico. Tradução de Gabriel de Ávila Othero e Maria Cristina Figueiredo-Silva. *ReVEL*, vol. 13, n. 24, 2015.

McGINNIS, Martha. On the systematic aspect of idioms. *Linguistic Inquiry*, p. 665-672, 2002.

MEDEIROS, A. B. *Traços Morfosintáticos e Subespecificação Morfológica na Gramática do Português: um estudo das Formas Participiais*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MEDEIROS, A. B. Para uma abordagem sintático-semântica do prefixo *des-*. *Revista da Abralín*, v. 9, n. 2, p. 95-121, 2010.

MEDEIROS, A. B. Prefixos, recursividade e a estrutura argumental do sintagma verbal. *Revista GEL*, v. 13, n. 2, p. 7-29, 2016.

MEDEIROS, A. B. Considerações sobre a estrutura argumental dos verbos. *In*: MEDEIROS, A.B.; NEVINS, Andrew (org.). *O apelo das árvores: estudos em homenagem a Miriam Lemle*. Campinas: Pontes, 2018.

MEDEIROS, A. B. Sobre *marteladas e pedradas* e a estrutura de formas em *-ada* derivadas de nomes. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 1-18, jan./abr. 2020.

OLIVEIRA, D. C. M. *Nominalizações no português brasileiro: estrutura argumental, formação e morfossintaxe*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

PARSONS, Terence. *Events in the Semantics of English: a Study in Subatomic Semantics*. Cambridge: MIT Press, 1990.

ROEPER, Tom. Nominalizations: How a Marginal Construction Reveals Primary Principles. *In*: LIEBER, R.; KLUWER, P. Stekauer. *Handbook of Morphology*, 2004.

ROY, Isabelle; SOARE, Elena. Event-related nominalizations. *In*: IORDACHIOAIA, Gianina; ROY, Isabelle; TAKAMINE, Kaori (ed.). *Categorization and Category Change*. Cambridge Scholar Publishing, p. 123-152, 2013.

SANTOS, R. FIGUEIREDO, C. Os traços de aspecto lexical e as nominalizações em *-ção* no Português Brasileiro. *Revista da Anpoll*, v. 1, p. 174-199, Florianópolis, maio/ago. 2018.

SCHER, Ana Paula. Nominalizações em *-ada* em Construções com o Verbo Leve *dar* em Português Brasileiro. *Letras de Hoje*. Porto Alegre. v. 41, nº 1, p. 29-48, março, 2006.

SMITH, C. *The Parameter of Aspect*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1997.

SOUZA, Janderson Luiz. *A distribuição semântica dos substantivos deverbais em -ção e -mento no português do Brasil: uma abordagem cognitiva*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

TENNY, Carol. *Aspectual roles and the syntax-semantics interface*. London: Kluwer Academic Publishers, 1994.

VENDLER, Z. *Linguistics and Philosophy*. New York: Cornell University Press, 1967.